

# A crise econômica global e a pilhagem da África

*Este artigo analisa as relações intrínsecas entre o subdesenvolvimento da África e a economia política capitalista. Argumento que a razão pela qual a África é pobre decorre da drenagem de suas riquezas pelo sistema econômico mundial e de toda atenção que o Continente tem atraído nos últimos anos. Iniciativas de redução da dívida, campanhas de combate à pobreza e concertos musicais de ajuda aos pobres desempenham um papel-chave ao mascarar esta relação fundamental.*

---

**Patrick Bond:** Doutor em Geografia Econômica pela Universidade de John Hopkins, professor da Universidade de KwaZulu-Natal e diretor do Centro para a Sociedade Civil. Atualmente é professor-adjunto da Universidade de York, Canadá, e professor-visitante da Universidade Nacional de Gyeongsang, Coreia do Sul.



## **Global economic crisis and the looting of Africa**

*This article analyzes the intrinsic relationship between Africa's underdevelopment and the capitalist political economy. I argue that the reason why Africa is poor is due to the drain of its wealth by the world economic system and all the attention the continent has been attracting on the last few years. Debt relief initiatives, poverty fight campaigns and aid concerts play a key role on masking this fundamental relationship.*

## 1 INTRODUÇÃO: PILHAGEM ANTIGA E NOVA

O grande economista político africano Samir Amin (2003) fala de uma estratégia estadunidense para as sociedades do Terceiro Mundo que “visa apenas saquear seus recursos”. O economista de Princeton, Paul Krugman (2003), confirma em uma coluna no *New York Times*:

Há algum tempo, George Akerlof, prêmio Nobel em Economia, descreveu o que está acontecendo às políticas públicas como ‘uma forma de espoliação’... A administração Bush e a liderança republicana no Congresso estão liderando o partido da espoliação.

Mas esse partido – e as subseqüentes rivalidades interimperiais – começaram muitos anos antes. De acordo com Karl Marx (1867) [2005],

A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, escravidão e enterramento em minas das populações aborígenes, a transformação da África num aglomerado comercial para a caça de peles negras sinalizou um alvorecer rosado da era de produção capitalista. Estes procedimentos idílicos são o momento-chave da acumulação primitiva. Em seus calcanhares segue a guerra comercial de nações européias, com o globo como teatro.

Por volta de 1913, Rosa Luxemburgo havia desenvolvido uma consistente teoria do imperialismo a partir desses *insights*, combinando a acumulação primitiva com o militarismo:

Força, fraude, opressão, espoliação são abertamente exibidas sem nenhuma tentativa de ocultação, e é necessário esforço para descobrir nessa mistura de violência política e disputas de poder as severas leis do processo econômico. A teoria liberal burguesa leva em consideração apenas esse aspecto: “o reino da competição pacífica”, as maravilhas da tecnologia e da pura troca de mercadori-

## A CRISE ECONÔMICA GLOBAL E A PILHAGEM DA ÁFRICA

as; ela o separa estritamente do outro aspecto: o reino da sonora violência do capital que é considerado mais ou menos incidental à política externa e consideravelmente independente da esfera econômica do capital. Na verdade, o poder político nada mais é que um veículo do processo econômico. As condições para a reprodução do capital fornecem a ligação orgânica entre esses dois aspectos da acumulação de capital. A trajetória histórica do capitalismo somente pode ser observada ao considerá-los conjuntamente. “Suando sangue e sujeira por cada poro da cabeça aos pés” caracteriza não apenas o nascimento do capital, mas também seu progresso no mundo em cada degrau. Árido, portanto, o capitalismo prepara sua própria queda sob contorções e convulsões cada vez mais violentas... O militarismo preenche uma função bem definida na história do capital, acompanhando cada fase histórica de acumulação. Ele joga um papel decisivo nos primeiros estágios do capitalismo europeu, no período da chamada “acumulação primitiva”, como um meio de conquistar o Novo Mundo e os países produtores de especiarias da Índia. Mais tarde, ele é empregado para submeter às colônias modernas, destruir as organizações sociais de sociedades primitivas de modo que seus meios de produção possam ser apropriados, introduzir à força o comércio de mercadorias em países onde a estrutura social lhe fora desfavorável e transformar os nativos em proletariado ao obrigá-los a trabalhar por salários nas colônias. É responsável pela criação e expansão das esferas de interesse para o capital europeu em regiões não-européias, por extorquir concessões ferroviárias em países atrasados e garantir as demandas do capital europeu como prestamista internacional. Finalmente, o militarismo é a arma na disputa competitiva entre países capitalistas por áreas de civilização não-capitalista.<sup>1</sup>

A riqueza do capitalismo – baseada em grande medida na espoliação da África – é sistematicamente revelada por intelectuais críticos, dos quais Walter Rodney se destaca por seu livro *Como a Europa subdesenvolveu a África* (1972), seguido pelo formidável manuscrito de Paul Zeleza sobre o século XIX, *Uma moderna história econômica da África* (1993). Não obs-

tante tais esforços, contudo, graças a políticos e burocratas em Washington e Londres, mandarins do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, mascates de Genebra, maleáveis ONGs, celebridades banais e meios de comunicação de massa, o legado e a continuada exploração africana têm sido imersos em confusão ideológica.

Para ilustrar, considere-se toda a atenção que a África recebeu em 2005, mediante os esforços de “fazer da pobreza história”, “aliviar” as dívidas, dobrar a ajuda e estabelecer uma “rodada de desenvolvimento” do comércio. Na melhor das hipóteses, críticas parciais ao poder imperial surgiram em meio à cacofonia dos concertos de roqueiros brancos e do falatório político. Na pior, discursos públicos bem-educados taticamente evitaram a sonora violência do capital, do Delta nigeriano encharcado de petróleo às minas de ouro do Nordeste do Congo, às descobertas de diamantes em Botswana e às matanças no Sudão. A maioria das estratégias das ONGs londrinas de caridade garantiu que questões-chave – dívida, ajuda, comércio e investimento – fossem abordadas apenas da maneira mais superficial possível.

Talvez isto não seja surpreendente. As imagens na mídia dos próprios africanos foram quase uniformemente negativas durante o recente período, o que é bom para as elites. Remanescentes dos guetos de Nova Orleans, Giles Mohan e Tunde Zack-Williams (2005) observaram que o subdesenvolvimento africano há muito “tem sido imputado à cultura local e à ausência de valores ‘adequados’”. Tais discursos elaborados para ‘livrar a cara’ do imperialismo têm levantado seus feios rostos novamente sob diversas formas”. Do Oeste Africano, o escritor neoconservador estadunidense Robert Kaplan (1994) descreveu um futuro definido em termos de

doença, superpopulação, crime desmedido, escassez de recursos, migrações de refugiados, crescente erosão dos Estados nacionais e

## A CRISE ECONÔMICA GLOBAL E A PILHAGEM DA ÁFRICA

fronteiras internacionais, e *empoderamento* de exércitos privados, firmas de segurança e cartéis internacionais de drogas.

De tão assustadora visão de mundo, não é um salto tão grande para o assessor de Tony Blair, Robert Cooper (2002), declarar que “ao lidar com tipos de Estado de modelo mais atrasado... nós devemos voltar aos métodos mais duros da era passada: força, ataque preventivo, enganação, o que quer que seja necessário para lidar com aqueles ainda vivendo no mundo de ‘cada um por si’ do século XIX”, gerando assim “um novo tipo de imperialismo... para trazer ordem e organização”. Tim Jacoby (2005) conclui que

de modo a obscurecer a cumplicidade ocidental com, ou em alguns casos a responsabilidade pelos, defeitos dos Estados no Sul, os políticos têm sido influenciados por, e contribuído para, um crescimento da proeminência de explicações culturais para fenômenos sociais.

Como “continente negro”, a África tem sido tipicamente pintada em pinceladas grosseiras, um lugar de povos pagãos e não-civilizados, selvagem e supersticiosa, tribalista e despótica. David Wiley mostra que a cobertura da imprensa ocidental é movida a crises, baseada em um jornalismo de pára-queda, amplificada por uma mídia de entretenimento que

perpetua imagens negativas de primitivos desgraçados, bufões alegres, pagãos malvados. A mídia glorifica o colonialismo/intervenção européia. Atualmente, o continente é representado como um lugar de violência endêmica e ditadores brutais e ignorantes.

Some-se a isso a “animalização da África pela legião de programas sobre a natureza que a apresentam como desprovida de seres humanos”, acrescida de uma “indústria de propa-

ganda que tem construído e explorado (e, portanto, perpetuado) estereótipos simplistas".<sup>2</sup> Assim, foi repugnante, mas talvez lógico, que africanos fossem exibidos em uma vila temática de um zoológico austríaco, em junho de 2005, suas cabanas próximas a jaulas de macacos em cenas evocativas a exposições do século XIX. Em carta explicativa, a diretora do zoológico, Barbara Jantschke, negou que tivesse sido "um erro", pois "o zoológico de Augsburg é exatamente o lugar certo para transmitir a atmosfera do exótico".<sup>3</sup>

## 2 MODERNIZANDO A ÁFRICA

Do mesmo modo, reformar os "exóticos" sistemas pré-capitalistas africanos que são tão ineficientes requer, dizem alguns, ainda mais pressão do mercado:

A África é pobre, no fim das contas, porque sua economia não cresceu. Os setores público e privado precisam trabalhar juntos para criar um clima que liberte o empreendedorismo entre os povos do continente, gere emprego e encoraje os indivíduos e firmas, locais e estrangeiras, a investir. Mudanças nos governos são necessárias para tornar o ambiente de investimentos mais forte. O mundo desenvolvido deve apoiar a Nova Parceria pelo Desenvolvimento Africano (Nepad, na sigla em inglês) da União Africana para construir parcerias público-privadas de maneira a criar um ambiente mais forte de crescimento, investimento e empregos.

Estas frases do relatório da "Comissão para a África" (2005) de Tony Blair mostram os erros do senso comum acerca do subdesenvolvimento do continente. Blair foi o anfitrião do G-8 e da União Européia em 2005, e seu ministro da fazenda, Gordon Brown, propôs várias iniciativas sobre dívida, ajuda e comércio, usando uma retórica de "Plano Marshal para a África". A Comissão Africana cooptou importantes elites africanas para

um modificado projeto “neoliberal” de livre-mercado, em sincronia com o Nepad de Mbeki.<sup>4</sup>

Na verdade, entretanto, seria mais lógico reverter todas essas alegações acima e reconstruir o parágrafo como segue:

A África é pobre, no fim das contas, porque foi roubada pelo capital internacional, assim como por suas elites locais, que são frequentemente apoiadas por poderes estrangeiros. Os setores público e privado têm trabalhado juntos para drenar o continente de seus recursos que – se cultivados e distribuídos justamente – deveriam atender às necessidades dos povos africanos. Mudanças nos governos – por exemplo, revoluções – são desesperadamente necessárias para o progresso social, e essas incluem não apenas o *empoderamento* da “sociedade civil” mas também o fortalecimento daquelas agências dos Estados africanos capazes de promover o bem-estar e a infra-estrutura básica. O mundo rico precisa decidir se quer apoiar o Nepad da União Africana, que irá piorar a drenagem de recursos graças a sua orientação pró-corporações, ou dar espaço à África para que as sociedades construam parcerias público-privadas, a fim de satisfazer necessidades básicas não-atendidas.

Uma razão para argumentar tão energicamente é lembrar-nos do legado histórico de um continente *saqueado*: comércio à força datando de séculos; escravidão que arrancou e desapropriou cerca de 12 milhões de africanos; roubos de terras; esquemas perversos de taxaço; metais preciosos levados embora; a apropriação de antiguidades pelo Museu Britânico e outras salas de troféus; a emergência de ideologias racistas no século XIX para justificar o colonialismo; a divisão em 1884-1885 da África em territórios disfuncionais numa sala de negociações em Berlim; a construção dos sistemas de instalação de colonos e extração colonial – dos quais o *apartheid*, a ocupação alemã da Namíbia, as colônias portuguesas e o Congo Belga do Rei Leopoldo foram talvez apenas

os mais gritantes exemplos – freqüentemente baseados na expulsão de trabalhadores negros de áreas rurais (deixando às mulheres responsabilidades significativamente maiores); campos de batalha da Guerra Fria – por influência dos conflitos entre EUA e URSS – cheios de milhões de corpos; outras guerras catalisadas pela busca de minérios e desdobramentos violentos como as testemunhadas nos *diamantes e columbitas de sangue*<sup>5</sup>; antigas faixas de caça no Leste, Centro e Sul da África, hoje vazias de rinocerontes e elefantes cujo marfim tornou-se material ornamental ou afrodisíaco no Oriente Médio e Leste Asiático; sociedades usadas como cobaias nos recentes testes das corporações farmacêuticas; e a lista poderia continuar.

Hoje, a África ainda está se tornando progressivamente mais pobre, com as rendas *per capita* em diversos países abaixo daquelas das décadas da independência (1950-1960). Se considerarmos mesmo a mais banal medida de pobreza, na maioria dos países da África Subsaariana aumentou a porcentagem de pessoas com renda menor que um dólar/dia nos anos 1980 e 1990, como admite o próprio Banco Mundial (2005a).<sup>6</sup> Posteriormente, consideramos a evidência ainda mais preocupante (também do Banco Mundial) acerca do esgotamento de matérias-primas da África, e as implicações na renda líquida e poupança declinantes do continente.

Contudo, estatísticas cada vez piores levaram a diferentes versões. Emblemático da visão da elite no poder (mesmo tendo sido publicado na ostensivamente progressista revista estadunidense *The Nation*), Andrew Rice (2005) resenhou novos livros sobre a África de Martin Meredith, Robert Guest e Jeffrey Sachs:

Como pode um continente estar tão fora de sintonia com a marcha de progresso da humanidade? Todos concordam que os africanos estão desesperadamente pobres e tipicamente experimentam go-

## A CRISE ECONÔMICA GLOBAL E A PILHAGEM DA ÁFRICA

vernos que são, em graus variáveis, corruptos e volúveis. A disputa é pelas causas e conseqüências. Um grupo – chamem-no de ala da pobreza-primeiro – acredita que os governos africanos são tão ruins precisamente porque seus países são tão pobres. O outro grupo – a ala da governança-primeiro – garante que os africanos são pobres porque seus líderes assim os mantêm.

Sachs (2005) não é de fato tão rude, já que sabe que o continente “pouco supera o mundo ocidental na crueldade e depredações por tanto tempo impostas à África”. Mas ele presume que a crítica aos ditadores corruptos é uma “linha política da direita”, em vez de dar crédito às progressistas e orgânicas campanhas anticorrupção africanas. Sachs prossegue com conhecidos relatos sobre malária, AIDS, países sem acesso ao mar e outras formas de análises geograficamente deterministas, e então reconcilia tais explicações com conselhos de mesa de bar: adotar uma boa *governança* mais “a implementação de tradicionais reformas de mercado, especialmente no que diz respeito à promoção de exportações”.

Outra visão completamente diferente, de que os dirigentes africanos mantêm seus povos pobres *porque* estão amarrados a um sistema global de poder, acumulação e luta de classes, raramente ou nunca é ouvida, especialmente quando conceituadas ONGs e organizações de caridade buscam a maior integração africana aos circuitos imperiais de comércio, ajuda, finanças e investimento, objetivo que elas vêem como não realizado principalmente graças à corrupção estatal.<sup>7</sup> Acadêmicos do Norte fornecem versões mais sofisticadas do argumento, conhecido como a teoria do patrimonialismo africano, ou seja, o domínio por meio do clientelismo pessoal sem lei ou ideologia, baseado em relações de lealdade e dependência com uma distinção obscura entre interesses públicos e privados.<sup>8</sup>

Com efeito, as relações globais de poder que mantêm a África “embaixo” (e, simultaneamente, as elites africanas “em cima”)

deveriam estar óbvias para o mundo em 2005, ano de numerosos eventos para ostensivamente libertá-la da pobreza e da falta de poder: as campanhas de mobilização de ONGs, como a britânica “Faça da Pobreza História” e a sediada em Joanesburgo “Chamada Global à Ação Contra a Pobreza”; a Comissão para a África de Tony Blair; a proposta de perdão da dívida por parte dos principais países credores; a turnê africana do novo presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz; os compromissos de ajuda e perdão da dívida do G-8, em Gleneagles; os concertos de conscientização *Live 8*; a revisão das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas; o retorno à Nigéria de dinheiro roubado por Sani Abacha e depositado em contas bancárias suíças; as reuniões anuais do FMI/Banco Mundial abordando a dívida e a “voz” do Terceiro Mundo; um grande perdão da dívida nigeriana; o acordo na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Hong Kong.

Existem muitas dinâmicas diferentes associadas a esses processos, em geral de cúpula, e é apropriado perguntar: O que foi conseguido de fato? Para aqueles que buscam informação genuína sobre a situação africana, os eventos ora mencionados foram úteis, sobretudo ao revelar a hipocrisia da elite global e as relações de poder que permaneceram impermeáveis ao apoio, solidariedade e democratização. Os eventos também revelaram os limites de estratégias voltadas à persuasão intra-elite em vez da pressão. Tragicamente, as condições reais enfrentadas pela maior parte das pessoas no continente continuaram a se deteriorar.

Mas não é esta a impressão que as elites mundiais e os líderes africanos gostariam de deixar. Em setembro 2005, o simpático diretor da Comissão de Desenvolvimento do FMI e do Banco Mundial, o ministro de finanças sul-africano Trevor Manuel (2005), alardeava:

Nesse momento, as condições macroeconômicas na África nunca estiveram melhores. Temos crescimento de 4,7% ao longo do conti-

nente. Temos inflação em dígitos simples. A maioria dos países tem balanços fiscais bastante fortes também.

Em relação a Gleneagles, o organizador do festival *Live 8*, Bob Geldof, foi enfático:

Na ajuda, [conseguimos] 10 de 10. Na dívida, 8 de 10. No comércio... está bem claro que esse encontro, singularmente, decidi que a liberalização forçada precisa parar. Este é um resultado sério, excelente, acerca do comércio ( Hodkinson, 2005).

Sob exame mais detalhado, Geldof parece ter sido profunda e perigosamente enganado (como muitos de seus aliados de ONGs lhe avisaram). As declarações de Manuel são verdadeiras apenas se levarmos a sério estatísticas econômicas enganadoramente estreitas. Mas não precisamos: mesmo o Banco Mundial foi forçado a confessar em meados de 2005 que o continente está sendo continuamente *drenado* de sua riqueza pelo esgotamento de minerais, florestas e outros fatores socioambientais ignorados por Manuel e os economistas de mercado (um ponto a que retornamos abaixo). Mais sagazmente que o Banco Mundial, é claro, muitos críticos das relações de poder Norte-Sul – como Walter Rodney (1972) – há muito identificaram os processos básicos:

A questão de quem e o quê são responsáveis pelo subdesenvolvimento africano pode ser respondida em dois níveis. Primeiramente, a resposta é que a operação do sistema imperialista detém a maior responsabilidade pelo atraso econômico africano graças ao dreno das riquezas do continente e por tornar impossível desenvolver mais rapidamente os recursos do continente. Em segundo lugar, há que se lidar com aqueles que manipulam o sistema e aqueles que são agentes ou cúmplices involuntários do mesmo.<sup>9</sup>

A pesquisa de Rodney mostrou como a África Subsahariana

foi drenada das riquezas ao longo de duas trajetórias: o fluxo Norte-Sul de recursos, associado ao que hoje chamamos de “*apartheid* global”, e as formações de classe que reproduzem os agentes locais do *apartheid* global (“intermediários”). No primeiro caso, os processos centrais são associados a débito extorsivo e finanças, ajuda fantasma, fuga de capitais e de cérebros, comércio desigual, investimentos distorcidos e a dívida ecológica do Norte com o Sul, num contexto de relações globais de poder profundamente antidemocráticas. Como colocou Rodney (1972),

*De modo a entender as condições econômicas atuais da África, é necessário saber o porquê de a África ter concretizado tão pouco de seu potencial natural, e também o porquê de sua riqueza atual ir para não-africanos que residem em sua maioria fora do continente... É típico de economias subdesenvolvidas que elas não se concentrem (ou não possam fazê-lo) naqueles setores econômicos que vão gerar crescimento e elevar a produção a um novo patamar ao mesmo tempo, e há poucos laços entre um setor e outro de maneira que (por exemplo) a agricultura e a indústria pudessem gerar impactos benéficos mútuos. Além disso, quaisquer poupanças feitas na economia são principalmente enviadas para fora ou desperdiçadas no consumo, em vez de serem redirecionadas a fins produtivos. Grande parte da renda nacional que permanece dentro do país vai para o pagamento de indivíduos que não estão diretamente envolvidos na produção de riqueza, mas apenas na prestação de serviços auxiliares – servidores públicos, comerciantes, soldados, apresentadores, etc. O que agrava a situação é que mais pessoas são empregadas nessas atividades do que o realmente necessário para se prestar um serviço eficiente; e para coroar tudo isso, essas pessoas não reinvestem na agricultura ou indústria. Eles gastam a riqueza criada por camponeses e trabalhadores na compra de carros, uísque e perfumes. (itálico no original)*

Existem, de fato, colaboradores africanos que requerem menção e crítica. Em vez de uma classe média orgânica e de

uma classe capitalista produtiva, a África tem tido uma elite dominante de intermediários, excessivamente poderosa, cuja renda tem se baseado na acumulação financeiro-especulativa, que por sua vez está sujeita a uma vasta fuga de capitais. O caso da África do Sul como nação “subimperial” de poder geopolítico, militar, financeiro, comercial e de investimentos merece consideração especial.

Isso significa que não apenas a pobreza, mas também a desigualdade precisam ser analisadas, pois a África abriga alguns dos piores casos mundiais. A mais conhecida medida de desigualdade é o coeficiente de Gini, um número entre 0 (todos têm a mesma renda) e 1 (uma pessoa tem toda a renda e ninguém mais possui nada). Os seguintes países superam um índice de Gini de 0,5, e no topo do *ranking* mundial estão: Namíbia, Botswana, República Centro-Africana, Suazilândia, Lesoto, África do Sul, Zâmbia, Malawi, Gâmbia e Zimbábue (Banco Mundial, 2005a).

Os processos ora discutidos são também fortemente ligados ao sexo. As mulheres são as maiores vítimas da pobreza sistêmica e da desigualdade, seja nos circuitos produtivos do capital (crescentemente suscetíveis a condições de *sweatshops*)<sup>10</sup>, seja na “esfera da reprodução” dos domicílios e mercados de trabalho, onde acumulações mais primitivas acontecem mediante relações de poder desiguais entre os sexos. Isto é especialmente evidente em áreas como o Sul africano, caracterizado há mais de um século por fluxos migratórios de trabalho. De fato, a esfera da reprodução permanece central para o poder social do capitalismo do Norte sobre o Sul, sobretudo no caso das migrações. A superexploração de mulheres na criação infantil, serviços de saúde e cuidados aos mais velhos contrasta com os sistemas estatais (ou particulares) de educação, saúde e previdência dos países ricos.

Isto não é simplesmente um problema local, mas corresponde a tendências globais que se agravam. Os cientistas po-

líticos Isabella Bakker e Stephen Gill (2003) mostram como:

*A reprivatização da reprodução social* envolve pelo menos quatro mudanças relativas ao domicílio, ao Estado e às instituições sociais, e finalmente aos mecanismos básicos de sustento, particularmente nos países mais pobres:

- Atividades domiciliares e assistenciais são cada vez mais fornecidas através do mercado e estão assim expostas ao movimento do dinheiro;
- As sociedades parecem ser redefinidas como conjuntos de indivíduos (ou na melhor das hipóteses conjuntos de famílias), particularmente quando o Estado se retira da proteção social universal;
- Padrões de acumulação baseados no controle interligado sobre vastas áreas da vida social e, portanto, das provisões para a reprodução social;
- Sobrevivência e sustento. Por exemplo, uma grande parte da população mundial não possui seguro de saúde efetivo ou mesmo tratamento básico.

Negar o acesso de africanos a comida, remédios, energia e mesmo água é um reflexo comum dessa última tendência, à medida que pessoas tornadas supérfluas aos requisitos da força de trabalho capitalista descobrem que precisam se virar – ou simplesmente morrer. Mesmo na relativamente próspera África do Sul, a morte prematura de milhões foi o resultado das reações estatal e patronal à epidemia de AIDS, com as análises de custo-benefício demonstrando conclusivamente que manter vivos a maior parte dos cerca de cinco a seis milhões de HIV positivos, através de remédios patenteados, custa mais do que tais pessoas “valiam”.<sup>11</sup> Existem muitas maneiras, Dzodzi Tsikata e Joanna Kerr (2002) têm mostrado, de as políticas econômicas dominantes “perpetuarem a subordinação feminina”.

Os mesmos princípios têm sido aplicados ao meio ambiente. Afinal, “eu sempre pensei que países subpovoados na Áfri-

ca fossem vastamente subpoluídos, sua qualidade de ar é provavelmente vasta e ineficientemente baixa”, opinou Larry Summers, então economista-chefe do Banco Mundial, posteriormente secretário de Tesouro do governo Clinton e reitor de Harvard, após uma instintiva análise de custo-benefício: “Eu acho que a lógica econômica por trás do despejo de um carregamento de lixo tóxico nos países de mais baixa renda é impecável e nós deveríamos encará-la”.<sup>12</sup> Apesar de ser uma versão extrema, é precisamente essa lógica antropomórfica e racista combinada que permeia o modo como o continente é tratado nos circuitos político-econômicos globais.

### **3 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E CRISE CAPITALISTA**

Para compreender os problemas recém-listados, há de se considerar primeiro algumas questões-chave associadas à pilhagem da África, especificamente os debates acerca do “desenvolvimento”. Colocando o argumento de maneira simples, Branwen Gruffwydd Jones (2003) insiste que:

O método do materialismo histórico de Marx e a teoria do capital explicam *por quê* o capital é necessariamente expansionista; *por quê* o saque da África foi parte integral da acumulação primitiva do capital ocidental; *por quê* a reorganização dos recursos humanos e naturais africanos para atender às necessidades das nascentes indústrias europeias precisou da dominação e ocupação colonial.

Pode uma teoria político-econômica ampla e não-dogmática ser implantada hoje? Argumentando afirmativamente, poderíamos nos surpreender ao descobrir que a teoria do “desenvolvimento desigual e combinado” – formulada com fins políticos por León Trotsky em 1906, mas refinada durante os últi-

mos trinta anos – deveria ter sido (mas não foi) a base para boa parte do debate, já que ajuda a explicar tanto tendências a crises quanto mecanismos de deslocamento da crise, em escala local e global. Junto com Ashwin Desai, tenho repensado como formular uma abordagem teórica que questione não apenas as explorações econômicas, mas também as cada vez piores explorações de gênero, de raça e ambientais que ligam a África ao mundo.<sup>13</sup> Resumindo o argumento exposto nas páginas seguintes, a ideia de *desenvolvimento desigual* sugere que crescimento (acumulação) e declínio acontecem de uma maneira sistemática, mas não uma que siga quer um caminho de “modernização” – passando diretamente do subdesenvolvimento, à “arrancada” e ao desenvolvimento<sup>14</sup> – quer de “dependência” permanente.<sup>15</sup> Em vez disso, a acumulação em um pólo e a pobreza no outro acontecem freqüentemente de acordo com sistemas de exploração que precisamos analisar e documentar cuidadosamente, *mas que podem mudar*, dependendo de processos políticos.

Nesta formulação, *desenvolvimento combinado* é uma referência ao modo como o capitalismo utiliza combinações de atividades mercantis e não-mercantis para lucros adicionais. A chamada “acumulação primitiva” não é meramente um evento que ocorreu uma só vez e que permitiu a mobilização de uma massa crítica de capital através do roubo, no alvorecer do capitalismo, na Europa dos séculos XVIII e XIX. Como Marx (1867) [2005] colocou, esta medida extra de lucratividade veio, em parte, porque “a transformação da África num aglomerado comercial para a caça de peles negras sinalizou o alvorecer rosado da era de produção capitalista”. Mas a acumulação primitiva não terminou e, como Luxemburgo argumentou em seu trabalho seminal *A acumulação de capital*, em vez disso tornou-se um processo permanente de superexploração em escala mundial.<sup>16</sup>

O desenvolvimento desigual e combinado é crucialmente ampliado pela “crise” capitalista: isto é, não uma quebra completa, mas uma condição generalizada de excesso de produção, dados os limites do mercado de fornecer uma taxa aceitável de retorno. Como os sintomas das condições de crise – tais como a volatilidade financeira – são deslocados para territórios mais fracos, o capital busca sempre mais desesperadamente explorar as diferenças competitivas entre as localidades, setores e escalas, como forma de resgatar os lucros declinantes.<sup>17</sup> Apesar de originalmente um conceito puramente político na teoria revolucionária de Leon Trotsky, o desenvolvimento desigual e combinado tem sido conceituado de maneira ampla, sobretudo, nas últimas três décadas.<sup>18</sup>

O contexto contemporâneo da crise capitalista é crucial. Apesar do discurso de que a era do neoliberal Consenso de Washington terminou com as crises asiáticas do final dos anos 1990, os processos básicos e as políticas parecem intactos. Para ilustrar, em 11 de junho de 2005, os mais importantes ministros financeiros do mundo “reafirmaram” que os países do Terceiro Mundo deveriam adotar, entre outras medidas:

estabilidade macroeconômica; crescente transparência fiscal, essencial para combater a corrupção, incentivar o desenvolvimento do setor privado e atrair investimentos; sistema legal digno de crédito; eliminação dos entraves ao investimento privado, tanto doméstico quanto estrangeiro.<sup>19</sup>

De acordo com o homem que cunhou a expressão Consenso de Washington, John Williamson (1990), as políticas neoliberais específicas necessárias à “estabilidade” macroeconômica são: disciplina fiscal; reordenamento das prioridades no gasto

público; reforma tributária; liberalização das taxas de juros; taxa de câmbio competitivo; liberalização do comércio; liberalização do investimento estrangeiro direto; privatização; desregulamentação; direitos de propriedade.

Os programas de ajuste estrutural africanos seguiram lealmente esse conjunto de restrições desde o começo dos anos 1980, levando a uma sistemática instabilidade macroeconômica. Em 1996, o Banco Mundial forneceu um elemento adicional – a iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) – que impôs mais condições sob pretexto de perdão parcial de dívidas. Em 1999, o Banco e o FMI começaram a divulgar os Relatórios de Estratégias de Redução da Pobreza. Por volta de 2001, um Consenso de Washington caseiro tornou-se necessário devido à legitimidade fortemente declinante, e coincidentemente os chefes de Estado africanos lançaram o Nepad. Em 2005, a Comissão para a África de Blair repetiu e revitalizou os argumentos neoliberais, e o papel de Brown na campanha “Faça da Pobreza História” levou muitas ONGs importantes a se alinharem com a proposta de que uma maior integração da África na economia mundial seria benéfica.

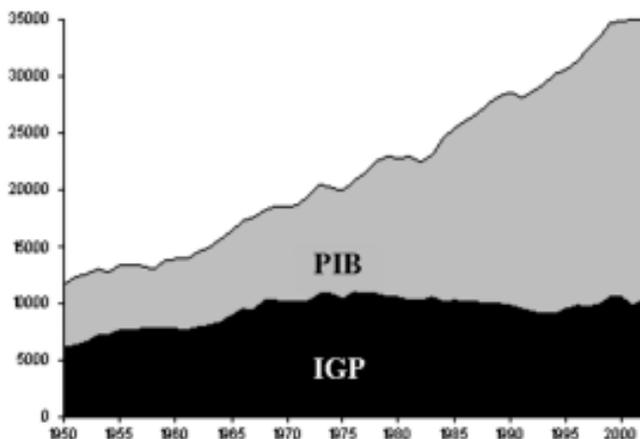
Mas, ao mesmo tempo, a economia mundial estava passando por um longo declínio no crescimento capitalista pontuado por extrema volatilidade financeira. O eminente economista pós-keynesiano, David Felix (2003), cita “desalinhamentos nas taxas de câmbio, excessiva especulação com as dívidas, bolhas nos preços de ativos, crescimento mais lento e instável na produtividade e emprego, e maior concentração de renda” no Norte. Em países do Sul, os sintomas incluem “crises financeiras mais freqüentes, exacerbadas pelo sobreendividamento que força muitos deles a adotar políticas econômicas pró-cíclicas

que aprofundam suas perdas de produtividade e emprego”.

Para a África, um problema decisivo que significou o começo do domínio neoliberal e do poder financeiro foi o dramático aumento na taxa de juros estadunidense em 1979, imposta pelo presidente do *Federal Reserve*, Paul Volcker, para deter a inflação e, no processo, disciplinar a força de trabalho. Muito rapidamente, por volta de 1982, essa nova política monetária levou o Terceiro Mundo à crise da dívida, austeridade, declínio e conflito. Contudo, um processo ainda mais profundo de estagnação estava a caminho. O crescimento do PIB *per capita* mundial já estava em queda: de 3,6% nos anos 1960, a 2,1% nos 1970, 1,3% nos 1980, 1,1% nos 1990 e 1% no início de 2000 (Harvey, 2005a). Como é óbvio, medições do PIB são notoriamente superestimadas, sobretudo quando a degradação ambiental aumentou, a partir de meados dos anos 1970.

Então, um típico “indicador genuíno de progresso” – que incorporasse muito mais que a produção anual de bens e serviços do PIB – estava faltando. Como transcenderíamos o tendencioso, patriarcal PIB e construiríamos um indicador genuíno de progresso? No grupo “Redefinindo o Progresso” de São Francisco, os estatísticos subtraíram do PIB o custo de crime e colapso familiar; agregaram trabalho domiciliar e voluntário; corrigiram a distribuição de renda (premiando a igualdade); subtraíram o esgotamento de recursos; subtraíram poluição; subtraíram danos ambientais de longo prazo (mudanças climáticas, geração de lixo nuclear); adicionaram oportunidades de aumento do tempo de lazer; levaram em conta a vida útil de bens duráveis e da infra-estrutura pública; subtraíram a vulnerabilidade a ativos estrangeiros.

### PIB Global versus Indicador Genuíno de Progresso, 1950-2003



Fonte: [www.redefiningprogress.org](http://www.redefiningprogress.org)

O crescimento se concentrou no Leste Asiático, EUA/ Canadá e União Européia, enquanto o resto do mundo sofria um declínio do PIB *per capita* (Freeman, 2004). Com a estagnação, ocorreu menor demanda por exportações do Terceiro Mundo, especialmente produtos agrícolas e minérios. Do mesmo modo, aumentou a competição com alguns centros exportadores de produtos manufaturados (México, Brasil, Leste Asiático), diminuindo assim as possibilidades de crescimento industrial da África. Índices de desigualdade de renda entre e dentro dos países aumentaram dramaticamente nos anos 1980, de acordo com todas as medições. Apesar da ascensão de China e Índia, desde então, mesmo o Banco Mundial (2006) admite o aumento em curso na desigualdade de renda “absoluta” global, agravado

quando a China e a Índia são excluídas do cálculo.<sup>20</sup>

Como poderiam esses “maus tempos” em escala mundial e desenvolvimento desigual ampliado serem explicados? Há diversas afirmações poderosas sobre a crise enfrentada pelo capital global – e especialmente o estadunidense – na reestruturação dos sistemas produtivos, das relações sociais e da geopolítica no longo prazo da acumulação.<sup>21</sup> Como evidência de que a economia mundial está de fato ameaçada por dentro, seria tentador basear-se em fontes como Volcker que, em 2004, advertiu publicamente sobre “75% de chance de uma crise financeira atingir os EUA nos próximos cinco anos se não mudar suas políticas”. Como ele contou ao *Financial Times*,

eu acho que o problema agora é que não há uma sensação de crise. Certamente, pode-se falar do déficit orçamentário nos EUA se você acha que ele é um problema – e eu acho que é – mas não há uma sensação de crise, então ninguém quer ouvir (Tett, 2004).

De acordo com David Harvey (2003b), as raízes da crise estão no excesso de capacidade produtiva do capital, que em última instância gera excessos de *commodities*, bens manufaturados e trabalhadores ociosos: “O capitalismo global tem experimentado um problema crônico e persistente de superacumulação desde os anos 1970”. Robert Brenner encontra evidências desse problema na medida em que:

Custos sobem tão rapidamente ou ainda mais rápido em não-manufaturados do que em manufaturados, mas a taxa de lucros cai nos últimos em vez de nos primeiros, porque o aumento de preços é muito mais lento nos manufaturados que nos não-manufaturados. Em outras palavras, graças à supercapacidade internacional, fabricantes não conseguem elevar preços o suficiente para cobrir custos.<sup>23</sup>

É óbvio que há importantes disputas entre economistas po-

líticos sobre o entendimento e a medição da supercapacidade.<sup>23</sup> De diferentes maneiras, outros economistas políticos (Mandel, 1989; Clarke, 1988; Shutt, 1999; Biel, 2000) argumentaram que o desaquecimento capitalista global dos anos 1970-1990 pode ser mais bem localizado na superacumulação.

Desenrolam-se debates relacionados a um *sintoma* da crise capitalista: declínios na taxa de lucro corporativo. À primeira vista, o lucro corporativo pós-impuestos nos EUA pareceu recuperar-se durante meados dos anos 1980, quase atingindo os picos dos anos 1960-1970 (apesar de os impostos serem bem menores no período recente). Contudo, pagamentos de juros permaneceram em recordes históricos ao longo dos anos 1980-1990. Ao subtrair despesas com juros reais (ajustados à inflação) temos uma melhor percepção do rendimento líquido disponível às firmas para investimentos futuros e acumulação, que permaneceu bem abaixo de períodos anteriores.

Além disso, podemos traçar, com a ajuda de Gerard Duménil e Dominique Lévy (2003), os modos pelos quais as corporações estadunidenses responderam à declinante acumulação do setor manufatureiro. Receitas manufatureiras foram responsáveis por aproximadamente metade do total (pré-impuestos) de lucros corporativos durante o quarto de século da “Era Dourada” pós-guerra, mas caíram para menos de 20% por volta do início dos anos 2000. Em contraste, pouco tempo depois os lucros eram muito maiores no setor financeiro (crescendo de 10-20% durante os anos 1950-1960, para acima dos 30% por volta de 2000) e nas operações corporativas globais (subindo de 4-8% para acima dos 20%, em 2000).

Somado ao entendimento da decrescente taxa de lucros e da mudança nas estratégias corporativas de acumulação, há outro importante desafio conceitual: a mistura da extrema volatilidade nos preços de bens com o deslocamento da crise que em conjunto tornam o rastreamento da “valorização” e “desvalorização” do capital terrivelmente difícil. As análises de

Harvey (2003b) de “ajustes espaço-temporais” (isto é, paliativos, não soluções) capturaram a primeira fase de globalização e o deslocamento financeiro das crises dos anos 1970-1990. Mais recentemente, essas técnicas têm se somado a mecanismos que Harvey (2005b) chama de acumulação por despossessão, ou, simplesmente, pilhagem.

Tais ferramentas teóricas ajudam a explicar por que a “crise capitalista” não gera os tipos de colapsos no sistema de pagamentos e problemas de desemprego massivo no núcleo capitalista, testemunhados na principal conjuntura anterior de superacumulação, a Grande Depressão. Como esses sistemas de despossessão, hoje, integram mais explicitamente a esfera da reprodução – onde uma acumulação primitiva ocorre mediante relações desiguais entre os sexos – tornam-se áreas da economia política notoriamente difíceis de mensurar e correlacionar com a acumulação.

Ademais, o contexto inclui a enorme capacidade dos EUA de ligar a coalizão particular de políticas/culturas neoconservadoras e acumulação petro-militar-industrial da administração Bush, aos interesses mais gerais do capital, chamados de Consenso de Washington, como Leo Panitch e Sam Gindin (2004) têm convincentemente demonstrado. Dada a dependência estadunidense de petróleo importado, que aumentou de US\$12/barril para mais de US\$70/barril entre 1998-2005, as implicações desta escala de variações especulativas de preços são devastadoras para o déficit comercial dos EUA, já sem precedentes, em mais de 5% do PIB. Em relação às contas de investimento internacional líquido, no início dos anos 1980, os EUA possuíam o equivalente a 5% do seu PIB em investimento líquido no exterior (isto é, as reclamações estadunidenses no estrangeiro eram maiores que as estrangeiras nos EUA). Este índice despencou para 30% *negativos* em duas décadas.

Outro fator debilitante que movimenta dinheiro para dentro

e para fora de abrigos presumidamente seguros – especialmente Letras do Tesouro Estadunidense – é o tumulto no mercado de ações. Do início de 2000 até o primeiro quadrimestre de 2003, o índice de distribuição global caiu quase 40%, de 1.221 pontos no fim de 2000 a 749 no começo de 2003. Grandes declínios ocorreram não apenas no Dow Jones em 2000, mas também na Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, Holanda e Suécia que, em 2002, testemunharam 33% a mais de quebras.<sup>24</sup> Tomados em conjunto com o 11 de Setembro, esses processos resultaram em fluxos de financiamento em larga escala de fundos mútuos de volta a fundos corporativos estadunidenses, à medida que os principais investidores de Nova Iorque demonstraram cautela em expor-se no estrangeiro.

Obviamente, existe um fluxo e refluxo de capitais, e não foi surpresa que, após as dramáticas desvalorizações em muitos países de renda média, no período de 1995 a 2002, a pressão das relativamente baixas taxas de juros dos EUA tenha levado a uma reavaliação dos fundos de mercados emergentes em 2005, com US\$345 bilhões antecipados em novas carteiras de investimentos (principalmente fundos de *hedge*, fundos mútuos, companhias de seguros e fundos de pensão) apenas naquele ano. No final de 2005, o principal analista do *Washington Post*, Paul Blustein (2005), podia prever:

...os ingredientes de futuros desastres, na visão de muitos economistas, veteranos do mercado e tomadores de decisão. Tendo bombeado grandes somas a mercados emergentes em uma época de baixas taxas de juros e altos preços das *commodities* produzidas por muitos países em desenvolvimento, os investidores podem muito bem fugir quando as condições se deteriorarem, com a súbita fuga de divisas devastando economias e levando governos à moratória... “Há apenas uma enorme quantidade de dinheiro se

derramando por aí a procura de um lugar para ir”, disse Desmond Lachman, economista do *American Enterprise Institute* que, como analista de pesquisas de Wall Street, foi um dos primeiros a prever o caos argentino bem antes de sua moratória de 2001... “Mesmo as Galinhas Voam Quando os Ventos São Fortes” é como Lachman coloca a questão no título de um artigo que ele recém publicou na revista *International Economy*... “Então você põe um pouco de Jamaica no fundo, um pouco de África do Sul, um pouco de Tailândia”, disse Christian Stracke, um analista da *Credit Sights*, uma firma independente de pesquisas. “Em uma crise global, todos os três serão cachorros. Mas se você é um gerente [de fundos *hedge*], você não liga. Você quer apenas oferecer o máximo de diversificação possível, com a melhor recompensa possível”.

Finalmente, todas essas dinâmicas financeiras precisam também ser consideradas à luz das variações extremas no preço do dólar em relação a outras moedas na década passada.<sup>25</sup> Em 2004, o ex-secretário de Tesouro Robert Rubin acusou a administração Bush de “brincar com fogo” através de suas políticas de enfraquecimento do dólar em conjunto com o continuado déficit corrente federal, uma combinação que geraria “sérias interrupções em nossos mercados financeiros”. Acrescenta C. Fred Bergsten, diretor do Instituto de Economia Internacional, que “todos no mercado sabem que o dólar tem que cair um bocado. As pessoas estão começando a correr para as saídas” (Simon, 2004).

Esse grau de volatilidade não possui precedentes na história do capitalismo, onde impérios têm periodicamente surgido e caído em virtude, parcialmente, do desenvolvimento desigual pelo comércio. Ironicamente, o poder dos EUA de manipular as economias de outros países e baixar os valores de suas exportações não tem mudado essas proporções para melhor. Os EUA foram o maior beneficiário da queda de 50% no câmbio dos países do Leste Asiático em 1997-1998, à medida que enormes fluxos de capital ingressaram no sistema bancário esta-

dunidense, e que importações asiáticas foram adquiridas a preços muito mais baixos, mantendo sob controle o que poderia de outro modo ter sido uma inflação alimentada pelo crédito.

Com certeza esse é um problema antigo de relações de poder diferenciadas no comércio e desvios das taxas de câmbio (juntas chamadas de “desigualdades de troca”), que de acordo com Samir Amin e Gernot Köhler (1998) causaram transferências superavitárias de cerca de US\$1.8 trilhão ao ano no final dos anos 1990. Enquanto o valor médio das moedas de países do Segundo e Terceiro Mundo (não-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em relação às moedas do Primeiro Mundo foi de 82% em 1960, ele declinou para 38% ao fim dos 1990. Considerada de outra forma, a importância das desigualdades de troca é testemunhada na diferença entre volume de exportação e valor agregado dos produtos exportados. Conforme Jayati Ghosh (2002), não se trata meramente de uma questão da dependência de exportação de *commodities* primárias, mas também da natureza da produção de manufaturados na divisão mundial do trabalho:

Enquanto o grupo de países em desenvolvimento mais que dobrou sua fatia de exportações de manufaturados de 10,6% em 1980 para 26,5% em 1998, sua fatia de valor agregado nas manufaturas aumentou em menos da metade, de 16,6% para 23,8%. Em contraste, os países desenvolvidos experimentaram um substancial declínio em sua fatia de exportações de manufaturados no mundo, de 82,3% para 70,9%. Mas ao mesmo tempo sua fatia no valor agregado de manufaturas mundial na verdade subiu, de 64,5% para 73,3%.

Seja em função das mudanças reais no câmbio seja da natureza do que está sendo produzido (matérias-primas ou bens manufaturados de baixo valor), o volátil subdesenvolvimento relacionado ao comércio capturado nesses dados parece de suma importância em épocas de “globalização” como as dos

anos 1910-1920 e 1980-1990. A volatilidade é, obviamente, de escala global, na medida em que mesmo o estado atual dos EUA sofre com a extrema instabilidade de comércio e investimentos: de superávits associados ao dólar fraco, em 1980 e 1991, a dramáticos declínios a níveis perigosos em meados dos anos 1980 (-3.5% do PIB) e novamente, desde meados dos 1990 (queda para -5% do PIB e abaixo). Uma vez terminado o *boom* das “Ponto Com”, em 2000, a fatia global de Investimento Estrangeiro Direto dos EUA também caiu substancialmente, de US\$ 321 bilhões em 2000 para US\$40 bilhões em 2003 (FMI, 2004).

Estes problemas parecem duradouros. Distorções no câmbio, comércio e contas de investimento têm sido acompanhadas de lucratividade financeira crescente, simultâneas ao relativo declínio manufatureiro estadunidense. Os últimos anos de massivos déficits orçamentários dos EUA indicam a importância do que pode ser chamado de “keynesianismo militar”. Mas também o “keynesianismo de consumo” via crédito é cada vez mais crucial à economia estadunidense, com a dívida por domicílios como porcentagem da renda disponível aumentando rapidamente de menos de 70% antes de 1985, para acima de 100% quinze anos depois. Por um lado, não há dúvida de que inovações nos produtos financeiros e, em especial, novos instrumentos de dívida associados a informação, comunicações e tecnologia permitem uma maior carga de endividamento sem necessariamente colocar em perigo as finanças dos consumidores. Por outro lado, contudo, no mesmo período a taxa de poupança domiciliar estadunidense caiu da faixa de 7-12% para abaixo de 3%.

Mais ainda, consumidores e outros investidores estão também mais vulneráveis a grandes choques financeiros e variações nos preços de ativos que em qualquer outro período desde 1929. Apesar de ter havido indicativos desde por volta de 1974

de que as principais instituições financeiras seriam afetadas pelo início de problemas econômicos estruturais, poucos previram a série dramática de perturbações nos principais mercados de crédito e investimento durante o subsequente quarto de século: crise da dívida do Terceiro Mundo (no início dos anos 1980 para os prestamistas comerciais, mas até o presente para países e sociedades); choques financeiros no setor energético (meados dos 1980); quebras internacionais na bolsa (1987) e mercados imobiliários (1991-1993); crises em praticamente todos os grandes países emergentes (1995-2002); e mesmo grandes falências corporativas individuais que causaram fortes ondas internacionais.

Ainda mais importante, o mercado de ações estadunidense foi o lócus de uma enorme bolha até 2000, culminando talvez no estouro da bolha “Ponto Com” que varreu US\$8.5 trilhões de riqueza de papel da noite para o dia – mas que, por outro lado, parece reinflar em 2003-2005 graças ao retorno de investidores familiares e fluxos de fundos mútuos, e possivelmente crescerá ainda mais nos próximos anos se Bush iniciar a privatização da seguridade social. A bolha do mercado foi pior ainda que episódios anteriores como a escalada até 1929. É claro que a perda na riqueza de papel de 2000-2002 diminuiu essas proporções, mas com a subsequente alta, os mercados ainda não baixaram para níveis compatíveis com as médias históricas.

Contudo, as implicações da quebra de 2000-2002 são importantes. Combinada com tendências demográficas em direção à aposentadoria dos *baby-boomers* (pessoas nascidas no período de 1950-1970), parece haver algumas quedas substantivas nas pensões nos EUA (e no Japão, apesar da lenta recuperação do índice Nikkei). Mais ainda, os bens domiciliares também caíram graças ao estouro da bolsa de ações, apesar dos preços em rápida elevação dos imóveis manterem os níveis gerais de bens em um padrão respeitável, pelo menos

para 60% de famílias que possuem suas próprias casas nos EUA, e pelo menos ao longo de 2005. Essa bolha em particular foi alimentada pela queda nas taxas de juros de 1998 – a resposta do FED às crises asiática e de administração de capitais de longo prazo – que estimulou um dramático aumento no refinanciamento de hipotecas. Como resultado do enorme crescimento nos preços de propriedades, a diferença entre o custo real de possuir e de alugar subiu a níveis sem precedentes. O fato de o setor imobiliário ter contribuído com cerca de um terço do crescimento do PIB estadunidense, desde o final dos anos 1990, torna essa bolha particularmente preocupante.

Advertências contra a volatilidade são, hoje, urgentes em relação aos mercados globais de propriedades. A África do Sul experimentou o maior aumento mundial nos preços de propriedades durante o início dos anos 2000, mas em todos os lugares a bolha subiu a alturas insustentáveis. De 1997-2004, a porcentagem cumulativa de aumentos nos preços imobiliários foi da ordem de 200% na África do Sul, 160% na Irlanda, 130% na Grã-Bretanha, 120% na Espanha, 90% na Austrália, 80% na Suécia, 70% na França e 60% nos EUA (FMI, 2005). Em abril de 2005, Steven Roach (2005) da *Morgan Stanley* teceu esta avaliação sobre os perigos da economia estadunidense:

Deveriam os dependentes de bens, com pouca poupança e fortemente endividados consumidores estadunidenses, se sentir em risco caso o FED lhes garanta que não há bolha imobiliária, que os fundamentos de suas decisões baseadas em ativos são bem tomadas? O recorde de consumo na economia dos EUA – 71% do PIB desde 2002 contra um normal de 67% entre 1975 e 2000 – fala por si mesmo.

Em junho de 2005, o *boom* imobiliário mundial representou “a maior bolha da história”, de acordo com *The Economist* (2005), porque “*nunca* antes os preços de casas reais cresceram tão rápido, por tanto tempo, em tantos países”:

O valor total da propriedade residencial em economias desenvolvidas cresceu em mais de US\$30 trilhões durante os últimos cinco anos, para mais de US\$70 trilhões, um aumento equivalente a 100% dos PIB's combinados desses países. Isto não apenas eclipsa qualquer *boom* imobiliário anterior, é maior que a bolha mundial no mercado de ações do fim dos anos 1990 (um aumento nos últimos cinco anos de 80% do PIB) ou que a bolha na bolsa estadunidense do fim dos anos 1920 (55% do PIB)... O Japão dá um terrível aviso do que pode acontecer quando a bolha estourar. Os preços de propriedades japoneses têm caído por quatorze anos seguidos, em cerca de 40% de seus picos em 1991.

Graças à forma habilidosa com que as autoridades japonesas resgataram regularmente os bancos e mantiveram outros estimulantes estatais, – como programas públicos de trabalho – o estouro da bolha não foi tanto um estouro propriamente dito, mas uma lenta, porém forte deflação, como um pneu de bicicleta que murcha com o tempo, mas, eventualmente, seca. O economista de Yale, Robert Schiller, prevê um declínio real nos preços imobiliários dos EUA na próxima geração, dada a “exuberância irracional” que levou os preços tão para o alto (Leonhardt, 2005).

A grande questão é se a volatilidade imobiliária será contagiosa, dado que 40% dos dois milhões de empregos criados do fim de 2001 até a metade de 2004 estiveram diretamente ligados ao setor. Ao escrever no *Financial Times*, Stephen Schurr (2005) adverte seriamente:

O maior impacto de uma quebra imobiliária poderá ser sentido nos gastos de consumo, que representam dois terços da economia estadunidense. Os gastos de consumo têm levantado a economia e o mercado de ações dos EUA nos últimos dois anos à medida que o gasto de capital declinou. Um impulsionador primário disso tem sido o chamado fenômeno da “casa-caixa automático”, através do qual os americanos hipotecam suas casas por dinheiro para finan-

## A CRISE ECONÔMICA GLOBAL E A PILHAGEM DA ÁFRICA

ciar seu consumo... “Nossos setores financeiros estão ligados de modos até então inéditos. Se os preços imobiliários caírem e um indivíduo deixar de pagar sua hipoteca, os fundos de pensão que possuem hipotecas serão atingidos, mercados de títulos serão atingidos, todo mundo vai sentir [os efeitos]”, disse o gerente de fundos de *hedge* Jim Melcher. “Ninguém está preparado para isso”.

No final de 2005, aqueles despreparados estavam potencialmente em grande perigo, já que 2006 seria o primeiro ano da memória estadunidense em que o mercado imobiliário serviria “de fardo à economia”, reportou o *The New York Times* (Bajaj, 2005). Para o terceiro trimestre de 2005, a taxa de poupança pessoal estadunidense caiu para -1,5%, a pior taxa trimestral já registrada (desde 1947 quando começaram os dados).

Finalmente, outro mercado que tem decolado de maneira espetacularmente insustentável, e que pode formar a base para mais investimento especulativo no futuro, é o de derivados de energia. O número de opções e futuros negociados tem subido firmemente, mas não parece ter criado um mercado “maduro” em setores como eletricidade, gás e petróleo, como refletido nas grandes flutuações de preços em curso. Um mercado de emissões de carbono também está nascendo, mas tem imenso potencial em virtude da ratificação do Protocolo de Kyoto pela Rússia, que pretende converter sua permissão de emissões de “ar quente” em trocas com os maiores poluidores mundiais (Bond e Dada, 2005).

### **4 DRENANDO O TERCEIRO MUNDO, SAQUEANDO A ÁFRICA**

Para o Terceiro Mundo, em especial a África, essas múltiplas fontes de volatilidade econômica têm importantes efeitos de retorno. É aqui que poderíamos reviver o sentido do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo de Trotsky e

a preocupação de Luxemburgo sobre a necessidade capitalista de superexplorar a periferia não-capitalista.

Primeiramente, se não fosse o Investimento Estrangeiro Direto, onde os EUA conseguiriam seus necessários ajustes de capital, especialmente os influxos financeiros que lhes permitem pagar mais de US\$2 bilhões diários com importações e serviços da dívida? Os influxos estrangeiros foram bastante voláteis em 2002-2004, mas de maior importância, talvez, foi o rápido crescimento – especialmente no Leste Asiático – em propriedade estrangeira de agregados dos Títulos do Tesouro dos EUA, que subiram de 20% em 1995 para 40% em 2005. A contribuição dos mercados emergentes e países em desenvolvimento em relação aos EUA cresceu de um influxo líquido direto de US\$120 bilhões em 1998, para um fluxo líquido externo de US\$120 bilhões em 2003. Da zona do euro, do Japão e de outras economias avançadas, os fluxos também mudaram, de um influxo de US\$50 bilhões em 1991 para um fluxo externo de US\$310 bilhões em 2003 (FMI, 2004: 36).

Esse vácuo de finanças disponíveis nos EUA no início dos anos 2000 – levemente compensado pelas reversões de capital em 2005 – é importante não apenas porque a oferta de financiamento dos mercados de capital, de algum modo, está estrangulada. Em 2004 houve, enfim, mais ou menos US\$124 trilhões para (teoricamente) investir nos mercados globais de capitais, e um adicional de US\$36 trilhões no PIB anual contribuindo para os superávits em curso nos mercados de capitais. A distribuição desses fundos é notável, refletida em quatro blocos principais: União Européia (US\$43 trilhões), EUA (US\$41 trilhões), Japão (US\$19 trilhões) e mercados emergentes asiáticos (US\$9 trilhões). O capital disponível é investido em mercados acionários (US\$31 trilhões), títulos públicos (US\$20 trilhões), títulos corporativos (US\$31 trilhões) e bancos (US\$41 trilhões), assim como em reservas estrangeiras (US\$3 trilhões).<sup>26</sup> Não há falta de capital líquido nos mercados globais,

apenas uma questão de que taxa de retorno será necessária para manter o interesse estrangeiro nos títulos estadunidenses. Isto é particularmente importante como um dos principais fatores de “drenagem”, que desvia recursos da África e de outros países em desenvolvimento.

O novo dirigente do *Federal Reserve* dos EUA, Ben Bernanke (2005), mostrou uma visão perigosamente benigna das finanças globais sobreacumuladas, sugerindo que os EUA podem continuar sugando todo o capital mundial:

Ao longo da década passada, uma combinação de forças diversas tem criado um aumento significativo na oferta global de poupança – uma fartura global de poupança – que ajuda a explicar tanto o aumento no atual déficit em conta corrente estadunidense e o relativamente baixo nível das taxas de juro reais de longo prazo no mundo hoje. O prospecto de aumentos dramáticos na proporção de aposentados/trabalhadores em algumas das mais expressivas economias industriais é uma das importantes razões para o alto nível de poupança global.

Sem nenhuma mudança significativa prevista para a política estadunidense, portanto, a drenagem de capital para Washington continua. Um resultado para o Sul, incluindo os países africanos, é a necessidade de manter taxas de juros muito mais altas de que seriam necessárias sob condições normais. Tomando 30 de julho de 2004 como base de comparação, os títulos de mercados emergentes cotados internacionalmente precisaram do mais alto prêmio na Nigéria (bônus de 6,1%, cerca do dobro da África do Sul, o único outro grande emissor da África Subsahariana). Em relação aos títulos locais, os *spre-ads* da taxa de juros têm sido estratosféricos em mercados de alto risco como a Argentina (49,1%), seguida na África pela Costa do Marfim (33,3%), Nigéria (5,3%) e África do Sul (1,4%). Mas estes são mercados financeiros altamente fluidos, com as

mesmas estatísticas em 2000, por exemplo, fornecendo os seguintes *spreads*: Argentina 7,7%, Costa do Marfim 24,4%, Nigéria 14,8%, e África do Sul 4,2%.<sup>27</sup>

O desenvolvimento altamente desigual se reflete em altos padrões divergentes de estabilidade financeira e volatilidade desses mercados emergentes. Um dado que sinaliza talvez o maior perigo para o Terceiro Mundo é a saída de capitais por rotas não-oficiais. A fuga de capitais tem sido um problema particularmente grave desde meados dos anos 1990 na Ásia (atingindo um máximo de US\$100 bilhões em 1998) e no Oriente Médio (US\$50 bilhões em 1999). Mas como detalhado a seguir, a África tem visto uma parcela ainda maior dos seus recursos – mais de US\$20 bilhões apenas em 1997 – levados para fora por seus próprios cidadãos (FMI, 2004: 126).

Outro fator que reflete altos riscos em potencial é o crescente endividamento externo. Em termos absolutos, a dívida do Terceiro Mundo cresceu de US\$580 bilhões em 1980 para US\$2.4 trilhões em 2002, e grande parte dela é hoje simplesmente impagável, um fato reconhecido pelos ministros financeiros do G-8, em junho de 2005, quando eles concordaram com o cancelamento parcial de US\$40 bilhões devidos pelos 18 países mais pobres.<sup>28</sup> Em 2002, saíram US\$340 bilhões em serviços da dívida, enquanto a ajuda estrangeira ao desenvolvimento foi de US\$37 bilhões. Como Eric Toussaint (2004), ativista baseado em Bruxelas, adverte: “Desde 1980, mais de 50 planos Marshall (mais de US\$4.6 trilhões) têm sido enviados pelos povos da Periferia a seus credores do Centro”. A iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados visivelmente falhou em mudar as proporções dos serviços da dívida e as pequenas concessões de “alívio” da dívida – incluindo a oferta de junho de 2005 – vieram ao custo do aprofundamento das *condicionalidades* neoliberais. Em vez de um nível sustentável de pagamentos do serviço da dívida, como demandado por aqueles que apóiam os limitados esquemas de “alívio”

da dívida das elites, as finanças africanas ficaram negativas durante os anos 1990.

Em alguns casos, os fluxos financeiros – incluindo lucros e dividendos bancários – são direcionados de países africanos para a África do Sul e daí para Londres. Um caso explícito emergiu em 2005, quando *Barclays* comprou o *Amalgamated Banks of South África* (ABSA). Como explicou Steve Booysen, executivo do ABSA,

pelo lado negativo, os fluxos externos de dividendos repatriados pelo *Barclays* a Londres, de cerca de 1 bilhão de rands ao ano, teriam um impacto negativo na conta corrente. Contudo, eles poderiam ser compensados pelos potencialmente maiores influxos ao ABSA através da expansão nas operações africanas.<sup>29</sup>

Apesar das remessas da Diáspora Africana agora financiarem um limitado volume de acumulação de capital, a fuga de capitais é muito maior. Coletivamente, os cidadãos da Nigéria, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Angola e Zâmbia têm sido especialmente vulneráveis à drenagem estrangeira de suas riquezas nacionais em mais de US\$10 bilhões/anuais desde o início dos anos 1970. Além da suspensão do controle de câmbio, a desregulamentação financeira foi um fator importante no final dos anos 1990. Na África do Sul, por exemplo, a liberalização financeira incluiu a mudança no endereço de emissão de ações das maiores firmas sul-africanas de Joanesburgo para Londres.

De modo semelhante, os danos pela liberalização do comércio têm sido enormes. Pressionados pelas Instituições de Bretton Woods e pela OMC, as elites africanas têm levantado tarifas protecionistas de modo excessivamente rápido, levando à morte prematura empregos industriais e manufatureiros, assim como ao declínio as receitas alfandegárias estatais. Como resultado, segundo Christian Aid (2005), “a liberalização do comércio tem custado à África Subsahariana US\$272 bilhões

nos últimos vinte anos... Acima de tudo, produtores locais estão vendendo menos do que antes da liberalização".<sup>30</sup> É especialmente difícil depender do comércio para o crescimento, dado que os subsídios agrícolas recebidos pelos agricultores do Norte cresceram do final dos anos 1980 a 2004 em 15%, para US\$279 bilhões, beneficiando principalmente as grandes corporações agrícolas (PNUD, 2005). Fluxos de pessoas – uma verdadeira fuga de cérebros – também têm sido formidáveis, mas o valor da riqueza perdida neste processo é incalculável, pois acima de 15% dos mais bem educados profissionais africanos agora vivem no exterior (Banco Mundial, 2005b).

Enquanto isso, Investimentos Estrangeiros Diretos na África Subsaariana começaram a crescer no final dos anos 1990, após duas décadas de estagnação. Mas o grosso dos investimentos foi contabilizado em dois processos principais: a mudança de domicílio do capital sul-africano e o ressurgimento dos investimentos petrolíferos (especialmente em Angola e Nigéria). Nesse segundo caso, graças ao legado de economistas ambientais como Herman Daly, mesmo o Banco Mundial tem abordado a questão do esgotamento natural do capital em *Onde está a riqueza das nações?* (Banco Mundial, 2005c). A metodologia do Banco para corrigir distorções na medição do PIB de riquezas não chega nem perto, por exemplo, da complexidade da do grupo de São Francisco, "Redefinindo o Progresso", que estima que o PIB global começou a cair em termos absolutos em meados dos 1970, uma vez que levemos em conta o esgotamento de recursos naturais, a poluição e uma variedade de outros fatores. Ainda assim, a tentativa de aproximação do Banco Mundial é ao menos um passo à frente no reconhecimento de que investimentos extrativistas podem não contribuir para o PIB líquido, e de fato podem causar um encolhimento na riqueza e poupança nacionais.

Os métodos iniciais do Banco Mundial subtraem da taxa existente de poupança fatores como depreciação de capital fixo, esgotamento de recursos naturais e poluição, mas acrescen-

tam investimentos em educação. O resultado, na maioria dos países africanos dependentes de produtos primários, é uma taxa líquida negativa da poupança nacional para a Renda Nacional Bruta (RNB). Não obstante alguns problemas, a metodologia do Banco Mundial ao menos indica algumas das tendências associadas à extração de matérias-primas.<sup>31</sup> Em particular, a tentativa de gerar um cálculo da “poupança genuína” requer ajustar a poupança nacional líquida levando em conta o esgotamento de recursos. O Banco Mundial (2005c: 39) sugere os seguintes passos:

Da poupança nacional bruta o consumo de capital fixo é subtraído para dar o indicador tradicional de poupança; poupança nacional líquida. O valor de danos de poluentes é subtraído. Os poluentes dióxido de carbono e partículas sólidas são incluídos. O valor do esgotamento de recursos naturais é subtraído. Energia, metais e minérios e o esgotamento líquido de florestas são incluídos. Gastos correntes com educação são adicionados à poupança nacional líquida para ajustar os investimentos em capital humano.

Naturalmente, em virtude da extração de petróleo, a região do Oriente Médio (incluindo o Norte da África) tem o mais sério problema mundial de renda bruta nacional e poupança negativas sob essa metodologia. Mas a África Subsahariana tem o segundo pior, e vários anos da década de 1990 testemunharam uma RNB líquida *negativa* para o continente ao se ter em conta a extração de recursos naturais. De fato, para cada ponto percentual de aumento na dependência de um país da extração de recursos naturais, o PIB potencial daquele país cai em 9% (novamente em contraste com o PIB real registrado), de acordo com o Banco Mundial (2005c: 55). Países africanos com a maior dependência de recursos combinada à mais baixa acumulação de capital incluem Nigéria, Zâmbia, Maurítânia, Gabão, Congo, Argélia e África do Sul. Ao comparar, por um lado, o *potencial* de acumulação de capital – isto é, se

as rendas de recursos não fossem simplesmente extraídas (e exportadas) e os recursos esgotados – e, por outro, a medida *real* de acumulação de capital, os pesquisadores do Banco Mundial (2005c: 55) descobriram que:

Em muitos casos as diferenças são enormes. A Nigéria, um importante exportador de petróleo, poderia ter tido um estoque de capital produzido em 2000 cinco vezes maior que o atual. Mais ainda, se esses investimentos tivessem ocorrido, o petróleo desempenharia um papel muito menor na economia nigeriana hoje, com prováveis impactos benéficos em políticas afetando outros setores da economia.

Usando esta metodologia, países africanos cujas economias dependem de produtos primários têm um baixo desempenho. Os cidadãos do Gabão perderam US\$2.241 cada em 2000, à medida que companhias petrolíferas rapidamente esgotaram a riqueza tangível do país. República do Congo (-US\$727), Nigéria (-US\$210), Camarões (-US\$152), Mauritânia (-US\$147) e Costa do Marfim (-US\$100) são países africanos cujos povos perderam mais de US\$100 em riqueza nacional tangível apenas no ano 2000 (Angola se “destacaria” entre eles, se os dados estivessem disponíveis para análise do Banco). Alguns poucos países se beneficiaram, de acordo com a medição de riqueza tangível, incluindo as Seicheles (+US\$904), Botswana (+US\$814) e Namíbia (+US\$140), mas a maioria viu suas riquezas se esgotarem (Banco Mundial, 2005c: 66).

**Renda nacional ajustada e “lacunas de poupança” dos países africanos, 2000**

	Renda per capita (\$)	Taxa de crescimento populacional (%)	Poupança líquida per capita ajustada (\$)	Mudança na riqueza per capita (\$)
Africa do Sul	2.837	2,5	246	-2
Benin	360	2,6	14	-42
Botswana	2.925	1,7	1.021	814
Burkina Faso	230	2,5	15	-36
Burundi	97	1,9	-10	-37
Cabo Verde	1.195	2,7	43	-81
Camarões	548	2,2	-8	-152
Chade	174	3,1	-8	-74
Comoros	367	2,5	-17	-73
Rep. do Congo	660	3,2	-227	-727
Costa do Marfim	625	2,3	-5	-100
Etiópia	101	2,4	-4	-27
Gabão	3.370	2,3	-1.183	-2.241
Gâmbia	305	3,4	-5	-45
Gana	255	1,7	16	-18
Madagascar	245	3,1	9	-56
Malavi	162	2,1	-2	-29
Mali	221	2,4	20	-47
Mauritânia	382	2,9	-30	-147
Ilhas Maurício	3.697	1,1	645	514
Moçambique	195	2,2	15	-20
Namíbia	1.820	3,2	392	140
Níger	166	3,3	-10	-83
Nigéria	297	2,4	-97	-210
Quênia	343	2,3	40	-11
Ruanda	233	2,9	14	-60
Senegal	449	2,6	31	-27
Seicheles	7.089	0,9	1.162	904
Suazilândia	1.375	2,5	129	8
Togo	285	4,0	-20	-88
Zâmbia	312	2,0	-13	-63
Zimbábue	550	2,0	53	-4

Fonte: Banco Mundial, 2005c, p.66.

Mesmo a maior economia africana, a África do Sul, que desde o começo dos anos 1980 tem sido menos dependente da extração de minérios, registrou uma queda de US\$2 na renda *per capita* em 2000 utilizando esta metodologia. De acordo com o Banco Mundial, a riqueza natural de US\$3.400 por pessoa na África do Sul incluía ativos no subsolo (no valor de US\$1.118 por pessoa)<sup>32</sup>; madeira (US\$310); recursos florestais não-madeireiros (US\$46); áreas protegidas (US\$51); terras cultivadas (US\$1.238); terras de pasto (US\$637). Essa soma pode ser comparada ao valor do capital produzido (plantas e equipamentos) e terrenos urbanos (juntos valendo US\$7.270 por pessoa em 2000). Portanto mesmo na economia mais industrializada da África, o valor estimado do capital natural é cerca de metade do valor mensurável de plantas, equipamentos e terrenos urbanos (Banco Mundial, 2005c: 179).

Diante do constante esgotamento de capital natural, a taxa de poupança nacional bruta da África do Sul de 15,7% da RNB precisa ser ajustada para baixo. Ao subtrair o consumo de capital fixo em 13,3%, a poupança nacional líquida é na verdade de 2,4%, à qual se devem somar 7,5% de gastos em educação (entre os mais elevados do mundo). Depois, subtrair o esgotamento mineral de 1%; florestal de 0,3%; danos de poluição de 0,2% (limitados a “partículas sólidas”, uma pequena parcela do problema de lixo sul-africano); e emissões de gás carbônico no valor de 1,6% da RNB (uma séria subvalorização). No total, a poupança real da África do Sul é reduzida a apenas 6,9% da sua renda nacional (Banco Mundial, 2005c: 179). Quanto desse déficit na poupança de 15,7% pode ser atribuído a investidores estrangeiros? Não apenas o esgotamento mineral tende a beneficiar corporações mineradoras estrangeiras, mas as emissões de gás carbônico e de outros poluentes são em parte resultado do consumo de energia por siderúrgicas de propriedade das grandes corporações multinacionais (Mittal Steel, BHP Billington e o grupo Anglo American).

A outra preocupação ora evidenciada é o modo pelo qual aquisições estrangeiras de plantas e equipamentos de posse doméstica também possuem conseqüências negativas não desejadas. Talvez o pior caso tenha sido o dos campos de cobre da Zâmbia, onde a Anglo American investiu no final dos 1990 e então simplesmente fechou um dos mais importantes sítios mineiros, deixando milhares de vítimas no processo. Mas mesmo a África do Sul tem sido vítima dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs) relativos a privatizações. Com efeito, os grandes investimentos estrangeiros na África do Sul que aparecem como um salto no gráfico de investimentos estrangeiros diretos foram registrados principalmente pela privatização do setor de telecomunicações, em 1997, e pelo rearranjo de estatísticas em 2001, para mostrar grandes corporações outrora locais como estrangeiras, uma vez que tinham transferido seus locais primários de comercialização de ações para Londres. As implicações dos investimentos em telecomunicações são agora bem conhecidas, após a compra de 30% das ações da estatal Telkom por um consórcio de Houston/Kuala Lumpur. Críticos como o Instituto Liberdade de Expressão apontam os problemas subseqüentes como sendo inexoravelmente relacionados aos IEDs e privatizações, incluindo os custos astronômicos de ligações locais que dispararam quando o subsídio cruzado das chamadas de longa distância (especialmente internacionais) terminou; o desligamento de 2,1 milhões de linhas (de US\$2.6 milhões de novas linhas instaladas) graças à inviabilidade financeira; a demissão de 20 mil funcionários da Telkom, levando aos conflitos trabalhistas em curso; e uma Oferta Pública Inicial na Bolsa de Nova Iorque em 2003, que arrecadou apenas US\$ 500 milhões, com uma estimativa de perda de US\$5 bilhões do financiamento de Pretória à última expansão de capital da Telkom no processo.<sup>33</sup> Ironicamente, o Estado sul-africano comprou as ações da Telkom possuídas pelo consórcio estrangeiro em 2004 (apesar de Pretória não ter

mudado políticas ou práticas subseqüentemente). Existem diversas experiências semelhantes de investimento estrangeiro fracassado nos outros bens estatais sul-africanos privatizados, incluindo transportes, água e eletricidade. Essas experiências não são incomuns, de acordo com Lawrence Cockcroft (2001), da entidade Transparência Internacional:

A forma mais importante e comum de corrupção tem sido aquela na qual, apesar do processo convencional de leilão, a concessão foi dada a uma companhia que se compromete com investimentos adicionais específicos, normalmente de enormes somas de dinheiro. O verdadeiro, mas muito obscuro acordo, é que um funcionário-chave no processo de privatização aceitou suborno para a concessão do contrato e vai garantir que nenhum outro investimento precise ser feito, mesmo que o pagamento inicial pela compra seja bem modesto. Isto certamente traz conseqüências desastrosas para a viabilidade de longo prazo da operação em questão.

Há muitas outras formas de superávits e extração de recursos através de IEDs envolvendo fraudes. Por exemplo, a falha corporativa no pagamento de impostos e a falha estatal em cobrá-los é um ponto enfatizado por Cockcroft:

A maioria dos países africanos opera alguma forma de isenção fiscal para novos investidores, com graus variáveis de generosidade. De fato, tais esquemas de incentivo são freqüentemente enganadores no sentido de que o verdadeiro acordo está sendo feito apesar deles e em paralelo, com algum oficial ou ministro-chave chegando a um acordo alternativo que pode bem garantir um pagamento não-oficial ao indivíduo em questão assim como “férias tributárias” à companhia em questão...Um dos mais comuns instrumentos de corrupção estatal é a concessão de permissões de importação a indivíduos bem situados que burlam a proteção legal. A indústria açucareira do Quênia e as indústrias avícolas e de moagem de alimentos da Nigéria foram arruinadas anos a fio através

desse processo. Como o acesso a terras de qualidade torna-se mais e mais competitivo nos países africanos onde há um mercado formal de terras, a corrupção ao redor da concessão de títulos tem se tornado mais e mais severa. Um problema recorrente é o de títulos já concedidos sendo reconcedidos a um competidor por meio do Registro de Terras ou do político encarregado do Registro. Pagamentos facilitadores, também conhecidos como pagamentos de gordura, podem ser utilmente descritos como pagamentos destinados a garantir que um serviço padrão seja prestado mais rapidamente do que seria o caso sem tal pagamento. A liberação alfandegária e a instalação de um telefone são exemplos disso. Obviamente, pagamentos desse tipo são considerados prática corriqueira em muitos países do mundo, e a África não é exceção. Eles têm sido permitidos pela Lei de Práticas Corruptas Estrangeiras Estadunidense desde sua revisão em 1988, e de forma restrita são permitidos pela Convenção Anti-Suborno da OCDE de 1997.

Estatísticas oficiais nunca apontaram adequadamente o persistente problema das transferências de preços, pelo qual investidores estrangeiros faturam inadequadamente insumos vindos de fora. Companhias trapaceiam os países do Terceiro Mundo nas receitas tributárias inflando artificialmente os preços de insumos importados a fim de declarar rendas líquidas menores. Pode-se apenas avaliar a vasta escala do problema a partir de estudos de caso. Segundo estimativas do Instituto de Estudos Energéticos de Oxford em 1994, 14% do valor total de petróleo exportado “não foi registrado nos dados comerciais nacionais como resultado de transferências de preços e contrabando” (Crockfort, 2001). De acordo com uma pesquisa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 1999) sobre desvios de renda como parte da transferência de preços,

dos países em desenvolvimento com suficiente evidência para se fazer uma avaliação, 61% estimaram que suas próprias corporações transnacionais (CTNs) estavam se envolvendo em desvios de renda, e 70% os consideravam um problema significativo. O comportamento de CTNs estrangeiras também foi avaliado: 84% dos países em desenvolvimento sentiram que as filiais que abrigavam praticavam desvios de renda para suas companhias-mãe a fim de evitar taxaço, e 87% viam o problema como significativo.

Similarmente, outro tipo de transferência financeira visando explorar os fracos países africanos é a taxa que as matrizes cobram por patentes e propriedade intelectual em acordos tecnológicos. Tais pagamentos, de acordo com Yash Tandon, são aumentados pelas taxas de gerenciamento e consultoria, assim como outros mecanismos de apoio corporativo do Norte que drenam o Terceiro Mundo. Para o ano de 2000, Tandon listou as receitas de exportação negadas ao Sul graças ao proteccionismo do Norte em mais de US\$30 bilhões para produtos não-agrícolas.<sup>34</sup>

A dívida ecológica do Norte para com o Sul, especialmente a África, também é imensa. Joan Martinez-Alier (2003) e o comissário para mudanças climáticas da ONU, Jyoti Parikh, estimam que um subsídio anual total de US\$75 bilhões é dado pelo Terceiro Mundo aos países poluidores simplesmente ao servir de "ralos de carbono". Segundo Martinez-Alier, a dívida toma as seguintes formas: custos não-pagos de reprodução ou manutenção ou gerenciamento sustentável das fontes renováveis exportadas; custos atualizados da futura falta de disponibilidade dos recursos naturais destruídos; compensação pelos, ou os custos de reparação (não-pagos) dos, danos locais produzidos por exportações (por exemplo, o dióxido de enxofre das fundições de cobre, os resíduos de mineração, os riscos à saúde dos exportadores de flores, a poluição da água pela mineração), ou os valores atualizados de danos irreversíveis; valores (não-pagos) correspondentes ao uso comercial

da informação e conhecimentos ou recursos genéticos, quando eles foram gratuitamente apropriados (biopirataria), embora, para os recursos genéticos agrícolas, já exista base para tal demanda sob os Direitos Camponeses da FAO; custos de reparação (não-pagos) ou compensação pelos impactos causados pela importação de lixo tóxico líquido ou sólido; custos (não-pagos) da liberação de resíduos gasosos (dióxido de carbono, CFCs, etc.), assumindo direitos iguais a sumidouros e reservatórios.<sup>35</sup>

Conforme estimado, por Vandana Shiva e Tandon, a biopirataria de “variedades selvagens de sementes tem contribuído com cerca de US\$66 bilhões anuais à economia estadunidense”.<sup>36</sup> Como observa Shiva (2005), a concentração oligopolista nas firmas que transformam a ecologia em lucro é hoje uma “epidemia”: as 10 maiores companhias mundiais de sementes aumentaram seu controle de um terço para metade do comércio mundial de sementes; as 10 maiores empresas de biotecnologia aumentaram sua fatia de pouco mais da metade para três quartos das vendas mundiais de biotecnologia; as 10 maiores companhias farmacêuticas controlam quase 59% da fatia de mercado das 98 principais firmas farmacêuticas.

Um estudo de 2005, encomendado pelo Instituto Edmonds e pelo Centro Africano para a Biossegurança, identificou quase três dezenas de casos de recursos africanos capturados por firmas para revenda sem acordos de “Acesso e Compartilhamento de Benefícios” adequados entre produtores e os povos que primeiramente usaram tais produtos naturais. Os valores expropriados são impossíveis de serem calculados, mas facilmente chegam aos bilhões de dólares. Eles incluem remédio para diabetes, produzido por um micróbio queniano; tratamento líbio/etíope para diabetes; antibióticos de formigueiros, de Gâmbia; fungicida de uma girafa namíbia; ameba antiinflamatória, das Ilhas Maurício; tratamento para impotência, do Congo; vacinas de micróbios egípcios; plantas medicinais de

usos diversos, do Chifre da África; supressores de apetites, dos nativos Hoodia da África do Sul e Namíbia; antibióticos das lesmas gigantes, do Oeste da África; tratamentos para a dependência de drogas e manteiga de algas para uso diverso, do Centro e Oeste Africano; embranquecedor de pele, de aloé, da África do Sul e Lesoto; resina cosmética e curativa de Okumé, no Centro Africano; tratamento de pele e cabelos, de uma árvore do Marrocos; tratamento de pele, do “Trigo dos Faraós” egípcio; tratamento de pele, do amendoim e “planta da ressurreição” bambara; endófitas e pastos melhorados, da Argélia e Marrocos; fungos antinematódeos, de Burkina Faso; amendoins, do Malavi, Senegal, Moçambique, Sudão e Nigéria; flores tanzanianas; e molusquicidas, do Chifre da África (MacGown, 2006).

## 5 RESISTÊNCIA

Há tamanha variedade de resistências à natureza da crise capitalista e à pilhagem da África que seria necessário um artigo inteiro, ou livro, para investigar seus potenciais e limitações. O ativismo orgânico contra a pobreza no Sul Global inclui greves, mobilizações populares por tratamento de AIDS e outros serviços de saúde, ligações de água e eletricidade, ocupações de terras e prédios, campanhas anti-OMC e pró-segurança alimentar, organização de mulheres, campanhas orçamentárias municipais, movimentos estudantis e de juventude, resistência comunitária a deslocamentos causados pela construção de barragens e afins, movimentos contra a dívida e por reparações, lutas por justiça ambiental, campanhas por direitos de imigrantes e movimentos políticos para tomar o poder estatal. Décadas de agitações têm mostrado ao mundo que o novo “anticapitalismo” tem raízes no Terceiro Mundo: as manifestações contra o FMI (1980-1990), protestos indígenas como o Zapatismo (1994), ativismo por justiça global, a partir de Seattle (1999), Fóruns Sociais Mundiais (desde 2001), de-

monstrações contra a guerra, protestos autonomistas e o ressurgimento da esquerda latino-americana.

Na África, os movimentos por justiça global, embora menos desenvolvidos, incluem os movimentos do Jubileu por justiça no comércio e da dívida, assim como campanhas específicas, muitos das quais perpassam a solidariedade Norte-Sul: advogados das Ações de Tratamento quebrando o controle das corporações farmacêuticas no monopólio das patentes de anti-retrovirais; ativistas lutando contra a pressão da Monsanto por transgênicos dos EUA para a África do Sul e daí para diversos países africanos; vítimas de diamantes de sangue de Serra Leoa e Angola gerando um parcialmente bem-sucedido acordo global em Kimberley; aldeões nativos de Kalahari Basarwa-San gerando publicidade contra remoções forçadas, com o governo de Botswana abrindo caminho para investimentos do Banco Mundial e da DeBeers; camponeses do Lesoto se opondo à remoção para construção do maior sistema de represas do continente, juntamente com os ugandenses similarmente ameaçados pela cara e corrupta Represa de Bujagali; uma crescente rede de questionamento à longa exploração liberiana pelos Pneus Firestone; ativistas chadianos e camaroneses pressionando o Banco Mundial para não continuar financiando sua repressão e a degradação ambiental; as centelhas da *Oil Watch* no Delta Nigeriano e muitas outras comunidades do Golfo da Guiné; ativistas ganenses, sul-africanos e holandeses se opondo à privatização da água.

Até onde tudo irá depende em parte de até que ponto aliados valiosos de outros lugares do Sul, mas também dos centros avançados do capitalismo financeiro e corporativo, reconheçam os méritos de suas análises, estratégias e táticas – e ofereçam a solidariedade que os africanos e outros ativistas terceiro-mundistas poderão pagar muitas vezes, assim que as botas nortistas sejam levantadas do pescoço de seus países e eles ganhem espaço para conquistar objetivos emancipatórios duradouros.

## REFERÊNCIAS

- AHLUWALIA, P. **Politics and post-colonial theory: African inflections**. London: Routledge, 2001.
- AMIN, S. **Accumulation on a world scale**. New York: Monthly Review Press, 1974;
- . **Unequal development**. Sussex: Harvester Press, 1976.
- . Confronting the empire. In: CONFERÊNCIA A OBRA DE KARL MARX E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI. Havana: Mimeo, 2003.
- ARRIGHI, G. The social and political economy of global turbulence. **NEW LEFT REVIEW**, mar./abr. 2003.
- BAKKER, I.; GILL, S. Ontology, method and hypotheses. In: BAKKER, I.; GILL, S. (Orgs.). **Power, production and social reproduction**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- BAJAJ, V. Home sales fall 2.7%, suggesting a drag on '06 Economy'. **New York Times**, 29 nov. 2005.
- BANCO MUNDIAL. **World development report 2006: Equity and Development**. Washington, 2005a.
- . **Global economic prospects 2006**. Washington, 2005b.
- . **Where is the wealth of nations? Measuring capital for the 21st century**. Washington: Mimeo, 2005c.
- BERNANKE, B. **The global saving glut and the US current account deficit**. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2005/200503102/default.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2005.
- BIEL, R. **The new imperialism**. Londres: Zed Books, 2000.
- BLUSTEIN, P. Funds blowing foreign bubbles? **Washington Post**, 8 dez. 2005.
- BOND, P. **Uneven Zimbabwe: a study of finance, development and underdevelopment**. Trenton: Africa World Press, 1998.
- . Uneven development. In: O'HARA, P. (Org.). **Encyclopaedia of political economy**. London: Routledge, 1999.
- . **Elite transition: from apartheid to neoliberalism in South Africa**. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2005.
- .; DADA, R. (Orgs.). **Trouble in the air: global warming and the privatization of the atmosphere**. Durban: UKZN Centre

- for Civil Society; Amsterdam: The Transnational Institute, 2005.
- .; DESAI, A. Explaining uneven and combined development in South Africa. In: DUNN, B. (Org.). **The permanent revolution revisited**. London: Pluto, 2006.
- . **Crony neoliberalism and paranoid nationalism: debating South Africa's "developmental state"**. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2006.
- BRENNER, R. The economics of global turbulence. **NEW LEFT REVIEW**, p.102-111, mai./jun. 1998.
- . **The boom and the bubble**. London: Verso, 2003.
- . New boom or new bubble? **NEW LEFT REVIEW**, p.65-69, jan./fev. 2004.
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: LTC, 1970-1979.
- CHRISTIAN AID. **The economics of failure: the real cost of "free" trade for poor countries**. London, 2005.
- CLARKE, S. **Keynesianism, monetarism and the crisis of the state**. Aldershot: Edward Elgar, 1988.
- COCKCROFT, L. **Corruption as a threat to corporate behaviour and the rule of law**. Londres: Transparência Internacional Reino Unido, 2001.
- COMISSÃO PARA A ÁFRICA. **Our common future**. London, 2005.
- COOPER, R. The post-modern state. In: LEONARD, M. (Org.). **Re-ordering the world: the long-term implications of September 11**. London: The Foreign Policy Centre, 2002.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Costs and benefits of neoliberalism: a class analysis**. [S.l.]: Mimeo, 2003.
- FELIX, D. The past as future? The contribution of financial globalization to the current crisis of neoliberalism as a development strategy. In: CONFERÊNCIA NOVOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MEXICANO", Cidade do México, 21 out. 2003.
- FOSTER, J. **Ecology against capitalism**. New York: Monthly Review Press, 2002.
- FRANK, A.G. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**, New York: Monthly Review Press, 1967.

- . **Latin America**: underdevelopment or revolution. New York: Monthly Review Press, 1969.
- . Latin American development theories revisited, a participant review essay. **SCANDINAVIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT STUDIES**, v. X, n. 3, 1991.
- FREEMAN, A. The inequality of nations. In: KAGARLITSKY, B.; FREEMAN, A. (Orgs.). **The politics of empire**: globalization in crisis. London: Pluto Press, 2004.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Global financial stability report**. Washington, 2004.
- . **South Africa**: selected issues. Washington, 2005.
- FURTADO, C. **The economic growth of Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1963.
- GALBRAITH, J.; KUM, H. **Inequality and globalization**: judging the data. Disponível em: <<http://www.utip.gov.utexas.edu>>. Acesso em: 18 jun. 2002.
- GHOSH, J. **Why more exports have not made developing countries richer**. Disponível em: <[http://www.networkideas.org/themes/trade/may2002/print/prnt110502\\_Exports\\_Developing\\_Countries.htm](http://www.networkideas.org/themes/trade/may2002/print/prnt110502_Exports_Developing_Countries.htm)>. Acesso em: 11 mai. 2002.
- GRUFFYDD JONES, B. The civilized horrors of over-work: marxism, imperialism and the development of Africa. **REVIEW OF AFRICAN POLITICAL ECONOMY**, n. 95, p.42, 2003.
- HART, G. **Denaturalising dispossession**: critical ethnography in the age of resurgent imperialism. Centre for Civil Society Research Report 27. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal, 2005.
- HARVEY, D. **The limits to capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- . **The urbanization of capital**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- . **The condition of postmodernity**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- . **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Basil Blackwell, 1996.
- . **The new imperialism**. Oxford; New York: Oxford Uni-

versity Press, 2003a.

———. The “new” imperialism: on spatio-temporal fixes and accumulation by dispossession. In: PANITCH, L; LEYS, C. (Orgs.). **The new imperial challenge**: Socialist Register 2004. London: Merlin Press; New York: Monthly Review Press, 2003b.

———. **Spaces of neoliberalization**: towards a theory of uneven geographical development. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005a.

———. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005b.

HAWLEY, C. **African village accused of putting humans on display**. Disponível em: <<http://service.spiegel.de/cache/international/0,1518,359799,00.html>>. Acesso em: 9 jun. 2005.

HODKINSON, S. **Oh no, they didn't! Bono and Geldof: we saved Africa!** Disponível em: <<http://www.counterpunch.org>>. Acesso em: 27 out. 2005.

JACOBY, T. Cultural determinism, Western hegemony and the efficacy of defective states. **REVIEW OF AFRICAN POLITICAL ECONOMY**, n. 104-105, p.228. 2005.

KAPLAN, R. The coming anarchy. **ATLANTIC MONTHLY**, n. 273, p.46. 1994.

KÖHLER, G. **Unequal exchange 1965-1995**: world trends and world tables. Disponível em: <<http://csf.colorado.edu/wsysteams/archive/papers/kohlertoc.htm>>. 1998.

KRAEV, E. **Estimating demand side effects of trade liberalization on GDP of developing countries**. London: Christian Aid, 2005.

KRUGMAN, P. Looting the future. **New York Times**, 5 dez. 2003.

LEONHARDT, D. Be warned: Mr. Bubble's worried. **New York Times**, 21 ago. 2005.

LOCKWOOD, M. **The state they're in**: an agenda for international action on poverty in Africa. Bourton-on-Dunsmore: ITDG Publishing, 2005.

LUXEMBURG, R. **The accumulation of capital**. New York: Monthly Review Press, 1923-1968.

MAMDANI, M. **Citizen and subject**: contemporary Africa and the legacy of state colonialism. Princeton: Princeton University

Press, 1996.

MANDEL, E. **Marxist Economic Theory**. London: Merlin Press, 1962-1968.

———. **Late Capitalism**. London: New Left Books, 1976.

———. Theories of crisis: an explanation of the 1974-82 cycle. In: GOTTDIENER, M.; KOMNINOS, N. (Orgs.). **Capitalist development and crisis theory: accumulation, regulation and spatial restructuring**. London: Macmillan, 1989.

MANUEL, T. **Transcript of a joint IMF/World Bank town hall with civil society organizations**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/tr/2005/tr050922a.htm>>. Acesso em: 22 set. 2005.

MARTINEZ-ALIER, J. Marxism, social metabolism and ecologically unequal exchange. In: CONFERÊNCIA TEORIA DOS SISTEMAS MUNDIAIS E O MEIO-AMBIENTE. Universidade de Lund, set. 2003.

MARX, K. **Das kapital**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch31.htm>>. Acesso em: 22 de set. 2005.

McGOWN, J. **Out of Africa: mysteries of access and benefit sharing**. Edmonds Washington: Instituto Edmonds; Joanesburgo: Centro Africano para a Biossegurança, 2006.

MINISTROS FINANCEIROS G-8. **Statement on development and debt**: G8 Finance Ministers's conclusions on development. Londres, jun. 2005.

MOHAN, G.; ZAC-WILLIAMS, T. Oiling the wheels of imperialism. **REVIEW OF AFRICAN POLITICAL ECONOMY**, n. 104/105, p.214. 2005.

PANITCH, L.; GIDIN, S. Global capitalism and American empire. In: PANITCH, L.; LEYS, C. *op. cit.*, 2004.

POLLIN, R. **Countours of descent: US economic fractures and the landscape of global austerity**. London: Verso, 2003.

PNUD. **South Africa human development report 2003**. Pretoria, 2004.

———. **Human development report 2005**. New York, 2005.

REDDY, S. Counting the poor: the truth about world poverty statistics. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Orgs.). **Telling the truth:**

Socialist Register 2006. London: Merlin Press; New York: Monthly Review Press, 2005.

RICE, A. Why is Africa still poor? **The Nation**, 24 outubro 2005.

ROACH, S. **Original Sin**. Disponível em: <<http://www.morganstanley.com/GEFdata/digests/20050425-mon.html#anchor0>>. Acesso em: 25 abr. 2005.

RODNEY, W. **How Europe underdeveloped Africa**. Dar es Salaam: Tanzania Publishing House; London: Bogle L'Ouverture Publications, 1972.

ROSTOW, W. **Stages of economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SACHS, J. **The end of poverty**. London: Penguin, 2005.

SCHURR, S. Soft Foundations. **Financial Times**, 30 abr. 2005.

SHIVA, V. Beyond the WTO Ministerial in Hong Kong. **ZNet Commentary**, 26 dez. 2005.

SHUTT, H. **The trouble with capitalism**. London: Zed Books, 1999.

SIMON, E. Weak dollar boosts some corporate growth. **AP Business News**, 11 nov. 2004.

SMITH, N. Uneven development and location theory: toward a synthesis. In: PEET, R.; THRIFT, N. (Orgs.). **New models in geography**. London: Unwin Hyman, 1989. v. 1.

———. **Uneven development**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TETT, G. The gospel according to Paul. **Financial Times**, 23 out. 2004.

THE ECONOMIST. **The global housing boom**: in come the waves. 16 jun. 2005.

TOUSSAINT, E. **Transfers from the periphery to the centre, from labour to capital**. Comitê para a Abolição da Dívida do Terceiro Mundo. Bruxelas: Mimeo, 2004.

TSIKATA, D.; KERR, J. **Demanding dignity**: women confronting economic reforms in África. Ottawa: Instituto Norte-Sul; Accra: Rede Terceiro Mundo-África, 2002.

UNCTAD. **Transfer Pricing**. Genebra, 1999.

WEBBER, M.J.; RIGBY, D.L. **The Golden Age illusion**: rethinking postwar capitalism. New York: Guilford Press, 1996.

WILLIAMSON, J. **The progress of policy reform in Latin**

**America.** Policy Analyses in International Economics. Washington: Institute for International Economics, 17 dez. 1993.

WOOD, E. **Empire of capital.** London: Verso, 2003.

ZELEZA, P. **A modern economic history of Africa.** v. 1: The Nineteenth Century. Dakar: Codesria, 1993.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Luxemburg (1968)[1923]. Ver [www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/](http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/), de onde as citações foram tiradas.

---

<sup>2</sup> Ver [http://exploringafrica.matrix.msu.edu/curriculum/lm1/1/lm1\\_teachers.html](http://exploringafrica.matrix.msu.edu/curriculum/lm1/1/lm1_teachers.html)

---

<sup>3</sup> Hawley, 'African Village Accused of Putting Humans on Display', <http://service.spiegel.de/cache/international/0,1518,359799,00.html>.

---

<sup>4</sup> Nota do Tradutor: Thabo Mbeki, atual presidente da África do Sul pelo partido do Congresso Nacional Africano, sucessor e correligionário de Nelson Mandela, e primeiro presidente da União Africana.

---

<sup>5</sup> Nota do Tradutor: Chamam-se "diamantes (e outros minérios) de sangue" aqueles extraídos em áreas de conflito ou zonas de guerra, muitas vezes motivadas pelo próprio controle desses recursos minerais.

---

<sup>6</sup> Para uma excelente crítica da medição dólar/dia, ver Reddy, S. (2005).

---

<sup>7</sup> Um bom exemplo é o conselho do analista de uma conceituada ONG próxima ao governo britânico, Matthew Lockwood, de que "expandir o comércio é necessário para o crescimento econômico e a redução da pobreza africana... É quase auto-evidente que a África precisará de ainda mais ajuda para atingir um crescimento sustentável". Para avançar essa agenda, ele pede mais ativismo "das partes africanas de organizações internacionais", considerando sua visão extremamente negativa das forças da sociedade civil orgânica africana (Capítulo 9). Lockwood (2005).

---

<sup>8</sup> Aqueles que elaboraram essa teoria incluem Michael Bratton, Thomas Callaghy, Patrick Chabal, Jean-Pascal Daloz e Richard Sandbrook. Críticos incluem Mamdani (1996) e Ahluwalia (2001).

---

<sup>9</sup> Todas as citações dessa edição estão disponíveis em <http://www.marxists.org/subject/africa/rodney-walter/how-europe/>.

---

<sup>10</sup> Nota do Tradutor: *Sweatshops* são estabelecimentos de condições precárias onde os funcionários têm longa jornada de trabalho e baixíssimos salários.

---

<sup>11</sup> No caso do grande conglomerado de Joanesburgo/Londres, *Anglo American Corporation*, a diferença para salvar os funcionários era de 12% em 2001. A um menor custo, os 88% de funcionários com os mais baixos salários foram simplesmente despedidos ao não

## A CRISE ECONÔMICA GLOBAL E A PILHAGEM DA ÁFRICA

terem mais condições de trabalhar, com seus substitutos sendo encontrados entre o exército de reserva dos 42% de desempregados da África do Sul, de acordo com um estudo interno relatado pelo *Financial Times*. Ver Bond (2005)

---

<sup>12</sup> Citado em *The Economist*, 8 Fevereiro 1992; o memorando está disponível em <http://www.whirledbank.org>.

---

<sup>13</sup> Bond & Desai (2006); Desai & Bond (2006); e Bond (1999). Nós levamos bastante a sério a ordem de Paul Zeleza para qualquer teórico da economia política africana de que “Grande cuidado precisa ser tomado para casar teorias com fatos, ligar estruturas e processos, produção e troca, integrar as relações e forças de produção, sociedade e natureza, decifrar a dialética entre forças internas e externas, tendências de curto prazo e longo prazo, e capturar as similaridades e diferenças nos padrões de mudança econômica entre e dentro de regiões na África”. Zeleza (1993).

---

<sup>14</sup> O trabalho seminal é Rostow (1960).

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, Amin (1974); Cardoso & Faletto (1979)[1970]; Frank (1967); Frank (1969); e Frank. (1991); e Furtado (1963).

---

<sup>16</sup> Ver Luxemburgo (1968)[1923]. Para interpretações recentes, ver também Hart (2005); Harvey (2003a); e Harvey. (2005).

---

<sup>17</sup> Ver Harvey. (1982); Harvey (1985); Harvey (1996); e Mandel (1962)[1968].

---

<sup>18</sup> Além dos textos de Harvey, ver Mandel (1976; Smith (1989); Smith (1990); e Webber & Rigby (1996). Para outros trabalhos nessa tradição, ver também periódicos radicais de geografia como *Antipode*, *Economic Geography*, *Society and Space*, *Capitalism Nature Socialism*, e *The International Journal of Urban and Regional Research*.

---

<sup>19</sup> Ministros Financeiros do G-8 (2005)

---

<sup>20</sup> Ver Freeman (2004) para mais medidas de desigualdade, bem como debate sobre pesquisas de renda versus estatísticas em Galbraith & Kum (2002) .

---

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, Brenner (2003); Pollin (2003); Wood (2003).

---

<sup>22</sup> Comunicação pessoal, 9 novembro 2004. Ver também Brenner (1998); e Brenner (2004).

---

<sup>23</sup> Se Brenner oferece uma base suficiente de provas tem sido contestado, por exemplo, por Giovanni Arrighi que observa “um comparativamente baixo e declinante nível de sobre-capacidade... A sobre-capacidade na indústria manufatureira dos EUA diminuiu bruscamente nos anos finais do longo boom e aumentou ainda mais bruscamente durante a crise de lucratividade que marcou a transição do *boom* para a longa recessão. Após 1973, em contraste, ambos os indicadores continuaram a mostrar flutuações consideráveis, mas não fornecem evidência em suporte da alegação de Brenner de que a longa recessão foi caracterizada por uma sobre-capacidade acima do normal. Dados do *Federal Reserve* mostram a utilização de capacidade retornando aonde esteve nos anos 1950 sem qualquer tendência, enquanto Shaikh mostra a utilização da capacidade nos anos 1970 em níveis mais elevados que os dos 1950 e subindo ainda mais em 1980 e 1990...” (Arrighi, 2003) Tais dados não são tão úteis para se medir a sobre-acumulação, contudo, porque as medições de capacidade ano a ano não levam em consideração a maneira pela qual as firmas somam ou subtraem capacidade (por exemplo, temporariamente desativando fábricas, equipamentos) ou as maneiras pelas quais os problemas de sobreacumulação são desviados/protelados para outros setores da economia. Brenner insiste que tais estatís-

## A CRISE ECONÔMICA GLOBAL E A PILHAGEM DA ÁFRICA

ticas cobrem meramente flutuações de curto-prazo, e os indicadores mais rigorosos de sobreacumulação ainda não estão disponíveis em quaisquer séries de dados. Durante pesquisa para meu doutorado no Zimbábue, construí um substituto baseado em inventários de estoques do setor manufatureiro do anual e bastante confiável Censo da Produção Industrial para o período-chave quando a sobreacumulação emergiu durante os anos 1970-80. Bond (1998).

---

<sup>24</sup> Fundo Monetário Internacional, *Global Financial Stability Report*, Apêndice, Tabela 10.

<sup>25</sup> Uma razão é que estas estatísticas são medidas principalmente em moedas locais e às vezes convertidas pelo Poder de Compra Equivalente, de modo que não capturam inteiramente a extensão da volatilidade global.

---

<sup>26</sup> Fundo Monetário Internacional, *Global Financial Stability Report*, Apêndice, Tabela 3

---

<sup>27</sup> Fundo Monetário Internacional, *Global Financial Stability Report*, Apêndice, Tabela 13.

<sup>28</sup> Como será discutido em detalhe a seguir, o perdão da dívida foi condicionado à adoção de políticas neoliberais padrão, e representaram uma perda de apenas \$1.5 bilhões anuais aos países ricos, em comparação aos gastos militares desses países, acima dos \$700 bilhões anuais.

---

<sup>29</sup> *Financial Mail*, 13 maio 2005.

---

<sup>30</sup> Ver também Kraev (2005).

<sup>31</sup> Ao fazer essas estimativas sobre o declínio na riqueza de um país devido ao esgotamento mineral, florestal ou energético, o Banco Mundial tem uma definição minimalista baseada nos preços internacionais (e não preços potenciais futuros quando a escassez se torne um fator mais crucial, especialmente na indústria petrolífera). O Banco não calcula completamente os danos causados ao meio-ambiente local, à saúde/segurança dos trabalhadores, e especialmente às mulheres em comunidades próximas a minas. Mais ainda, o uso pelo Banco do custo médio de recursos – e não os custos marginais – também leva provavelmente à subestimação dos custos de esgotamento.

---

<sup>32</sup> De acordo com um estudo do PNUD (2004), o valor de minérios naturais no solo caiu de \$112 bilhões em 1960 para \$55 bilhões em 2000.

---

<sup>33</sup> <http://www.fx.org.za> e <http://www.helkom.co.za>.

---

<sup>34</sup> <http://www.globalpolicy.org/soecon/develop/devthry/well-being/2000/tandon.htm>

<sup>35</sup> Martinez-Alier utiliza exemplos de dívida ecológica que nunca são levados em conta nos regimes-padrão de comércio e investimentos: “a exportação de nutrientes incluindo água... os minérios e petróleo não mais disponíveis, a biodiversidade destruída. Esses são dados difíceis de computar por diversas razões. Dados sobre reservas, estimativas de obsolescência tecnológica pela substituição, e uma decisão sobre a taxa de descontos são necessários no caso dos minérios e petróleo. Para a biodiversidade, conhecimento do que se está destruindo seria necessário”. Alguns desses casos são considerados na discussão anterior sobre o esgotamento de capital natural. Ver também [www.deudaecologica.org](http://www.deudaecologica.org).

---

<sup>36</sup> <http://www.globalpolicy.org/soecon/develop/devthry/well-being/2000/tandon.htm>.